



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade –  
PPGA/ADM**

**Pós-graduação Lato *Sensu***

**Curso de Especialização em Gestão Universitária**

**HOMOFOBIA E GESTÃO DA  
DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA**

**LUANA LIMA DE OLIVEIRA**

**BRASÍLIA – 2012**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade –  
PPGA/ADM**

**Pós-graduação Lato *Sensu***

**Curso de Especialização em Gestão Universitária**

# **HOMOFOBIA E GESTÃO DA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**LUANA LIMA DE OLIVEIRA**

**Orientadora: Jaqueline Gomes de Jesus**

**Monografia apresentada à Faculdade de  
Economia, Administração e Contabilidade–  
PPGA/ADM da Universidade de Brasília –  
UnB, como requisito parcial à obtenção do  
grau de Especialista em Gestão  
Universitária.**

**BRASÍLIA - 2012**

**LUANA LIMA DE OLIVEIRA**

**HOMOFOBIA E GESTÃO DA DIVERSIDADE NA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso de  
Especialização em Gestão Universitária,  
sob a orientação da professora Dra.  
Jaqueline Gomes de Jesus.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Dra. Jacqueline Gomes de Jesus**

---

**Professor Examinador**

**Dra. Eliane Rabelo**

**BRASÍLIA - 2012**

**Dedico este trabalho aos meus pais que sempre me apoiaram nas decisões profissionais.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus.

À minha querida mãe, uma das maiores motivadoras para que realizasse esse trabalho.

Ao meu pai, por suas palavras de sabedoria.

Aos meus tios por me ajudarem nos momentos em que precisei.

À minha orientadora Dr<sup>a</sup> Jaqueline Gomes de Jesus, pela compreensão e compartilhamento de ideias neste estudo.

À Ana Paula Monteiro, por suas infinitas contribuições.

A minha irmã Fernanda Lima pelo acolhimento.

Aos meus colegas e professores da turma de especialização em gestão universitária.

Aos meus amigos e amigas, Felipe André, Albert Carneiro, Rita Cruz, Giselle Ando, Izabela Parise, Barbara Cervo, Pâmela Alves, Isumy Kudo, Luana Maia e Milene pelas inúmeras discussões travadas durante o processo, que muito vieram a contribuir nas questões suscitados aqui.

*“Tudo parece impossível até  
que seja feito”*

*Nelson Mandela*

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo investigar que ações a Universidade de Brasília – UnB incentiva, promove ou realiza no que diz respeito às questões ligadas ao enfrentamento à discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, dita “homofobia” a partir da perspectiva de Gestão da Diversidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, foi composta por uma primeira fase de análise documental e uma fase posterior de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, a membros da comunidade acadêmica da UnB envolvidos nas políticas de defesa dos direitos LGBT. A análise documental abrangeu documentos do período de 2002 a 2011, para tanto, foram utilizados os arquivos da Secretaria de Comunicação da UnB – SECOM (tanto arquivos *online* quanto registros impressos de seu centro de documentação); já as entrevistas foram feitas em diferentes momentos, todas com a finalidade de se adquirir uma maior compreensão do contexto qualificado de discussões sobre o tema nesta universidade. Os resultados apontam que, embora não haja uma política explícita de gestão da diversidade, devido a demandas advindas da comunidade interna e externa, a UnB vem realizando ações voltadas para a sensibilização e a compreensão da diversidade humana, produzindo atividades que promovem reflexão sobre a comunidade LGBT, e ainda, práticas de mobilização como a criação de um grupo de trabalho para formular um programa de promoção da diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, e de enfrentamento do sexismo.

**Palavras chave: Preconceito; Discriminação; Homofobia; Gestão da Diversidade.**

## SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	9
<b>CAPÍTULO I</b>	
1.0 EMBASAMENTO TEÓRICO.....	11
1.1 A HOMOFOBIA EM NOSSA CULTURA.....	11
1.2 GESTÃO DA DIVERSIDADE.....	20
<b>CAPÍTULO II</b>	
2.0 METODO.....	24
INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	24
2.1 SUJEITOS .....	25
<b>CAPÍTULO III</b>	
PESQUISA 1 - ANÁLISE DOCUMENTAL.....	27
3.0 RESULTADOS.....	27
DISCUSSÃO	
PESQUISA 2 - ANÁLISE DE ENTREVISTAS.....	51
RESULTADOS E DISCUSSÃO	
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>.....</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>.....</b>
ANEXO I.....	.....
ANEXO II.....	.....
ANEXOIII.....	.....

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) traz em seu artigo quinto que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Entretanto, essas garantias preconizadas na constituição, nem sempre asseguram a totalidade dos sujeitos.

A homofobia é um dos temas centrais da atualidade que demonstram o completo desrespeito à democracia, a igualdade e a dignidade humana. Borrilho (2009) afirma que a homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social àqueles ou àquelas que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo.

A homofobia é também um fenômeno sustentado em uma forma particular de sexismo, que renega igualmente a todos aqueles que não se enquadram nos papéis socialmente determinados para seu gênero, que na crença social deveria se adequar ao sexo biológico. Pode ser considerada, inclusive como uma construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outras (homo ou bi), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades, o que acarreta em consequências políticas.

As pessoas se identificam não apenas por meio de mecanismos racionais, ligados à cognição, mas também a partir de fatores relacionados à afetividade, que levam à atração ou repulsa com relação a alguém em função da proximidade física e/ou do reconhecimento de valores e atitudes compartilhados (Jesus, 2011).

Esse fator, de nível individual, é expandido para o nível grupal quando se fala de diversidade humana, da composição da humanidade por diferentes grupos, com diferentes visões de mundo e identidades. É um desafio, no mundo contemporâneo, lidar com isso, o que favorece as ações ligadas à gestão da diversidade.

O Brasil tem adotado, cada vez mais, práticas de Gestão da Diversidade, conforme Fleury (2000), após a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996, o tema da desigualdade sexual e da discriminação vem

ganhando destaque nas organizações, com a implementação de políticas para promover a igualdade e a valorização da diversidade; onde as pesquisas realizadas em grandes organizações demonstram que a pluralidade nesses espaços pode se configurar inclusive como uma vantagem competitiva.

E baseando-se em valores compartilhados pela Universidade de Brasília, como a ética e respeito à diversidade; responsabilidade social; busca permanente da excelência; universalização do acesso; respeito à dignidade; à liberdade intelectual e às diferenças; preservação e valorização da vida, constantes das Bases do Planejamento Estratégico de 2011-2015 citados no (PDI) Plano de Desenvolvimento Institucional (2011), a controversa questão da homofobia vem ganhando cada vez mais espaço discursivo nessa universidade. Pois, além de ser considerada uma das universidades mais importante do país, a UnB também se destaca por seu pioneirismo em propiciar espaço na construção de valores na sociedade mais justos e igualitários.

Apoiada nessa demanda com relação à população LGBT, e ainda no seu papel em formar pessoas, essa instituição de ensino superior, atualmente vem buscando ampliar as discussões em ações de equidade e em práticas contra violação aos direitos humanos; não somente em sua comunidade, mas também abrindo caminhos para resoluções de conflitos da sociedade. Verificamos que a instituição também desenvolve e incentiva ações em prol da diversidade, contribuindo para inovação e ambiente diversificado, o que requer medidas diferenciais em seu modelo de gestão.

Posto isso, o objetivo deste trabalho é investigar que ações a UnB incentiva, promove ou realiza no que diz respeito às questões ligadas à discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, doravante denominada “homofobia”, a partir da perspectiva de Gestão da Diversidade.

## EMBASAMENTO TEÓRICO

Esta seção apresenta uma breve fundamentação teórica sobre: a homofobia e suas implicações em nossa cultura e também a explanação do conceito de gestão da diversidade, resultado da revisão de literatura relevante à consecução do estudo.

### A HOMOFOBIA EM NOSSA CULTURA

De acordo com Mott (2006), o grupo social entendido como “minorias sexuais” ainda são vítimas do preconceito e da discriminação. Esse autor afirma que, em Brasília, 88% de jovens entrevistados pela Unesco consideravam normal humilhar gays e travestis, 27% não querem ter homossexuais como colegas de classe e 35% dos pais e mães de alunos não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas de classe. O mais aterrorizante é que no Brasil, um gay, uma travesti ou uma lésbica é barbaramente assassinado/a a cada dois dias, vítima da homofobia.

Para estudiosos como Borrilho (2009), não podemos pensar a homofobia e seus fundamentos, sem levar em consideração a “ordem social” (dita natural) na qual se estruturam as relações sociais entre os sexos e as sexualidades. Verificamos que essa “ordem” instituída, posiciona-se a partir desta sequência lógica: de que o sexo (fêmea/macho) estabelece o gênero (feminino/masculino) e que esses dois gêneros devem se complementar nos papéis-afetivos/sexuais.

Dessa forma, essa “ordem social” revela-se um verdadeiro modelo normativo e político, à medida que materializa um paradigma de que “natural e normal” seria somente a heterossexualidade. Retirando para fora do contexto comum (universal), e inscrevendo em um regime de exceção (particular) os que não vivenciam sua sexualidade em moldes “hetero-afetivossexuais” de se relacionar.

Entretanto, a sequência (sexo-gênero-sexualidade) não passa de uma matriz cultural inventada pela sociedade. Conforme Louro (2008), definimos o que é natural ou não, através de processos culturais. Onde, os corpos ganham sentido socialmente, e a identificação dos gêneros (feminino/masculino) que

nos é feita, sempre perpassa pelo contexto de determinada cultura. Portanto, o jeito “viril e mocinha” são fabricados e moldados por nossa sociedade. E, nessas circunstâncias, a sexualidade “normal”, seria algo construído e “aprendido”, assim como aprendemos o que é ser “homem” e “mulher”. Teóricos como Miskolci (2009), apontam que é pela heteronormatividade que entendemos as instituições, estruturas e formas de se relacionar, e com isso nos é apresentada a todo o momento, a heterossexualidade como a única sexualidade coerente, “saudável”, e ainda a que detém privilégios, protegida pela “moral”. Nesse sentido, a ordem social através desse dispositivo regulatório de sexualidade que prioriza a heterossexualidade ao mesmo tempo em que a naturaliza a torna também compulsória.

De acordo com o sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001), o heterossexismo é justamente essa promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, de superioridade da heterossexualidade e da desvalorização/subordinação de todas as formas que diferem dessa, como é o caso da bissexualidade, as sexualidades transexuais e etc, pois o heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual.

Por isso, aprendemos que os “meninos devem gostar de meninas e vice-versa”; que ser homossexual seria “algo ruim” assim como nos padrões de gênero o tempo todo nos é “ensinado” o que devemos ser, e “como” fazer: Meninos gostam de azul e meninas gostam de rosa; meninos brincam na rua e meninas brincam de casinha; homens são durões e mulheres são sensíveis; homem é o ativo e a mulher é a passiva; homens são fortes e mulheres são mais fracas.

Todas essas circunstâncias nos indicam que os significados atribuídos em razão das diferenças entre os sexos são realizadas em dicotomias: forte/fraco, racional/emocional, duro/mole e também em moldes de hierarquização, que se tornam justificativas para subsidiar o paradigma naturalista de complementação dos sexos, e, sobretudo, de instrumento de subordinação das mulheres.

Pois, no mesmo movimento que a ordem social naturaliza os papéis sociais (de gênero), ela também promove uma dominação por parte do masculino versus a submissão do feminino. Borrilho (2009) ressalta que, na atualidade, essa dominação masculina pode ser percebida numa forma particular de violência simbólica. Pois, de maneira perspicaz e suave ela é

apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como algo: natural, inevitável e necessário.

Bourdieu (2002), afirma que as mulheres se constituem em objetos simbólicos, que permanentemente são colocadas em um estado de insegurança corporal, e de dependência. De modo que, elas existem primeiramente por e para o interesse dos outros, ou seja, na condição de objetos acolhedores, atraentes e disponíveis. E delas, espera-se ainda que sejam “femininas”; em outras palavras, que sejam sorridentes, simpáticas, arrumadas, atenciosas, submissas, discretas, contidas e até mesmo situadas em segundo plano. Na realidade, essa pretensa “feminilidade” não seria em geral mais do que uma atitude de complacência com as expectativas masculinas, reais ou supostas. E conseqüentemente, a relação de dependência para com os outros (e não somente para com os homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser. Portanto, a feminilidade, é constituída em preceitos do patriarcado, que concede uma associação de poder e autoridade à figura masculina, enquanto que à imagem feminina seria “menor”, com o cargo de agradar e servir aos outros.

Também podemos depreender, tal como é apontado no trabalho de Pereira e Bahia (2011) o entendimento de que sociedades machistas tendem a ser também homofóbicas, pois que, ao hipostaziar<sup>1</sup> papéis de gênero, enxergam a homossexualidade como um desvio, e no caso do homossexual masculino, ter-se-ia a desconcertante situação de um homem que se “rebaixa” à situação de uma mulher, da mesma forma que no caso da figura homossexual mulher tenta-se ao todo custo associá-la a um “quase homem”.

Tanto é que, no Brasil, chamar um homem de “mulherzinha” ou de “viado”, significa xingá-lo, ferir a sua virilidade, sobretudo, a sua honra; ou seja, representa associa-lo ao “gênero inferior”, pois aos “homens de verdade” cabe sempre o aumentativo “machão e garanhão”. No mesmo movimento de estigmatização, as mulheres homossexuais ficam com os adjetivos “sapatão” e “mulher macho”.

Nesse sentido, Welzer-Lang (2001), discute que o duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as

---

<sup>1</sup> A palavra hiostaziar é empregada no sentido de implementar os papéis de gênero

mulheres, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina, produzindo uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o verdadeiro homem (logo não afeminado, ativo, dominante). Os outros, aqueles que se distinguem por uma razão ou por outra, representam uma forma de não submissão ao gênero, à normatividade heterossexual e por isso são simbolicamente excluídos do grupo dos homens.

Sobre essas invenções culturais, Louro (2008), nos mostra o exemplo da figura drag-queen, que tanto causa estranhamento na sociedade porque nos permite pensar exatamente sobre os gêneros e a sexualidade, de modo que, ao se expor, essa figura, questiona a essência ou a autenticidade dessas duas dimensões e, nos leva a refletir sobre esse caráter que é construído em torno de gênero/sexualidade. Quando a drag repete e subverte o feminino, utilizando-se dos códigos culturais (de gênero/sexualidade) e começa a brincar com esses códigos, ela nos leva a pensar a sua não naturalidade desmontando assim a perspectiva de “jeito natural” de homem e de mulher; e como esses códigos são criações, construções que variam de cultura para cultura, de modo que a caracterização de feminino/masculino (as atitudes, a vestimenta, o padrão de comportamento), na realidade, são apenas engrenagens de um sistema “construído”, e baseado em “padrões pré-estabelecidos”.

Nessas circunstâncias, a homofobia é fundamentada por essa lógica de determinação do sexo sobre o gênero e pela lembrança constante de superioridade, que assim como a dominação masculina baseia-se o tempo todo na negação o feminino, no campo da sexualidade, tenta-se, conferir um heterossexismo na sociedade, Borrilho (2009).

Pois, não raramente, visualizamos a depreciação da figura homossexual, com exposições ao ridículo, ao xingamento, ao rebaixamento e também ao espancamento. Sobretudo, por observar que as relações entre os sexos são realizadas em um paradigma naturalista, e numa estruturação hierárquica dos diversos “tipos” de sexualidade, esse modelo “heteronormativo”, discrimina, estigmatiza e marginaliza as demais sexualidades.

De acordo com Foucault, ao longo da história da humanidade os aspectos da homossexualidade já foram admirados e tolerados, entretanto desde o século XVIII, com a repressão sexual, a heterossexualidade vem sendo colocada no “centro” da sexualidade humana, como se fosse a única forma

legítima e aceitável de vivenciar os prazeres. Diante o exposto, conforme Foucault (1988, p.39):

[...] O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito à maior discricção, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa. Em compensação o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo.

Entretanto, devemos compreender que a homossexualidade assim como as demais não é mais que a simples manifestação do pluralismo sexual, e por isso deve ser respeitada e não menos digna de direitos.

Assim sendo, cabe ressaltar algumas implicações políticas decorrentes desse modelo discriminatório. Borrilho (2009) indica que o termo homofobia parece ter sido utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971, mas foi somente no final dos anos 1990 que ele começou a figurar nos dicionários europeus. E apesar de representar, a priori, uma rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida somente a isso. Pois, a homofobia é, sobretudo, uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal tal como é proposto na xenofobia, no racismo ou no antissemitismo. E, por isso, quem não é configurado dentro do modelo heteronormativo é sempre referenciado como o “outro”, “o diferente”, “o esquisito”.

Nesse sentido, o que se percebe da homofobia, é algo para além de uma questão de intolerância aos gays e lésbicas. Borrilho (2009) comenta que a dicotomia (homo/hetero), na realidade, se apresenta não somente como uma classificação de orientação sexual, mas como uma espécie de mecanismo de controle da ordem social que mencionamos. E, ela deve ser encarada como um fenômeno, porque além de ter seu papel na hierarquização de sexualidades (homo/hetero), e conferir a hetero um status de superioridade e centralidade, ela também se encarrega da função de guardião das fronteiras de gênero. À medida que, ela se direciona a todos(as) que ousarem a ultrapassar “as caixinhas de comportamento” (feminino/masculino), como é o que acontece,

com os travestis, transexuais, bissexuais e até mesmo aos heteros que não são signatários dos estereótipos de (mulher/homem).

Borrilho (2009) sustenta ainda, que existe uma distinção entre a homofobia psicológica (individual) e a homofobia cognitiva (social). A homofobia social se baseia em papéis sociosexuais pré-estabelecidos. Sobretudo, seria uma das manifestações de sexismo, ou seja, da discriminação em razão do sexo, e mais especificamente de seu gênero (feminino/masculino). Como, por exemplo, uma situação de zombamento de indivíduos porque não se encaixam nos comportamento de feminilidade/masculinidade difundidos em nossa sociedade.

Assim, essa homofobia social apontada seria a “vigilância do gênero”; que permite denunciar os “desvios” de “gênero correto”<sup>2</sup>. Onde toda suspeita de homossexualidade parece soar como uma traição capaz de questionar a identidade mais profunda do ser. Isso se faz de tal forma, que quando um indivíduo pronuncia “viado!”, esse pronunciamento está para além de indicar/especular uma orientação sexual, mas para denunciar um desrespeito aos atributos que fariam parte do imaginário de masculino “natural” de “gênero correto”. Em uma sociedade, marcada pela dominação masculina, a homofobia promove um policiamento das “caixinhas de gênero”, denunciando assim, a todos(as) que se dispuserem a sobressaltar os trilhos dos caminhos(padrões) pré-estabelecidos.

Já a homofobia psicológica (individual) incide especificamente na intolerância a gays e lésbicas. Sendo que para as lésbicas existe um acúmulo de discriminações: contra o sexo e contra a sexualidade. Borrilho 2009, p.23 argumenta que:

Se por um lado as lésbicas foram visivelmente menos perseguidas que os gays, por outro, isso não pode ser interpretado como indicativo de uma maior tolerância a seu respeito. Pelo contrário, essa indiferença é sinal de uma depreciação ainda mais forte, reflexo de uma misoginia que, ao fazer da sexualidade feminina um objeto do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres. A iconografia pornográfica heterossexual ilustra bem esse propósito: os jogos sexuais entre mulheres são sistematicamente postos em cena para excitar o homem; e, ainda que elas demonstrem obter daí algum prazer, é sempre ele que encerra o espetáculo sexual pela penetração e ejaculação.

---

<sup>2</sup> A expressão gênero correto é utilizada nesse trabalho em referência aos padrões de gêneros que são atribuídos em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, na justificação dos papéis de gênero, o feminino é sempre proposto em um segundo plano, de complementação e subordinação ao masculino. E, por meio de justificativas “naturais” de necessidade a dominação masculina exerce seu poder.

Diante do exposto, verificamos que a homofobia é um fenômeno complexo e diverso, pois manifesta de diferentes formas: desde a regulação, ridicularização de comportamentos, até mesmo a violência física ou exterminação, como ocorreu na Alemanha nazista e em casos da atualidade.

Apesar dos casos brutais – culminados em mortes – terem mais visibilidade do que seja esse fenômeno, não devemos esquecer que essa possui múltiplas facetas. Visto que, a violência é exercida de diversas formas, como por exemplo, agressões simbólicas e verbais que tentam infiltrar uma ideia de imoralidade, e desqualificação. É o que percebemos, através das piadas, brincadeiras, músicas, e discursos heterossexistas reproduzidos o tempo todo em nossa sociedade: “Fulano é tão bonito, mas é gay”, “esse aqui, é macho de verdade!”, “meninas se beijando... é nojento!”, “Deus me livre ter filho gay! O nosso será bem criado”, “viado tem que morrer” “Ver dois homens de mãos dadas ou se beijando na rua é uma agressão”, “Tem que fazer as coisas só entre quatro paredes”.

Esse fenômeno é ainda mais espinhoso, porque na maioria das vezes, ele se faz presente até mesmo no seio familiar, o que torna essa forma de discriminação diferente das demais. Enquanto os outros grupos de “minorias” afetados pelo pré-conceito geralmente recebem um amparo familiar e legislativo, como por exemplo, a questão racial; já nesse caso, o afastamento, a negação, as críticas e retaliações se dão em parte na própria família. Lembrando que, em termos legais até hoje o Brasil não possui uma lei que criminalize a homofobia. Pois, o projeto de lei que criminaliza a homofobia (Lei da Câmara nº 122 de 2006) da ex-deputada federal Iara Bernardi, ainda tramita no Senado Federal.

Outro fator relevante, é que na forma atual desse fenômeno, também não podemos deixar de citar o silêncio dos principais canais culturais: literatura, cinema, televisão entre outros. Esses colaboram e reforçam ainda mais o

ambiente de intolerância, pois, retira-se do campo visível à diversidade sexual que povoa nossa sociedade. E, quando esses canais resolvem colocar em exposição outro tipo de sexualidade que não seja a heterossexual, é sempre pelo viés do sofrimento ou da ridicularização da qual esses indivíduos são submetidos.

Algo a nosso ver, que é preocupante, pois seria uma modernização da homofobia, e que dessa forma continua a colocar a heterossexualidade como o “único modelo feliz” e normal, enquanto que cabem “as outras” sexualidades suas exposições pelo paradigma do sofrimento ou/e da “aceitação”.

O que se caracteriza como uma das facetas da homofobia, essa cultura diferencialista, que de forma sutil, porém não menos eficaz, introduz referências positivas aos heterossexuais e negativas aos homossexuais. Visto que, nos dias de hoje, principalmente em novelas, filmes e programas é até comum observamos a imagem de travestis em exposições aliadas à prostituição; ou representação de gays que ficam sempre a eterna expectativa de alcançar o amor, ou ainda a interpretação de casais homossexuais que nunca expõem uma simples manifestação de afeto, como por exemplo, o beijo.

Em contraponto a esse reforçamento de estereótipos e estigmatização com aqueles que não seguem o modelo heteronormativo, percebe-se que há até mesmo um incentivo ao relacionamento heterossexual. De tal modo que o sentimento de felicidade que é construído, culturalmente, ocorre por meio da associação da imagem de um lar, representado pela constituição de uma estrutura familiar pautada no homem, sua mulher e os filhos.

Esse processo de enraizamento das noções de felicidade é realizado desde muito cedo. Desde histórias infantis, onde a representação de felicidade está associada ao amor e esse acompanhado a um romance entre donzela e mocinho, assim como em cantigas de roda que retratam, também, o amor como algo vivenciado unicamente entre sexos opostos.

Assim, em escolas, nas brincadeiras, na família, em religiões e a todo o momento somos acostumados a visualizar e a compreender o amor e a sexualidade, somente sob uma ótica, a heterossexual. Ou seja, a heterossexualidade é posta no núcleo como o padrão normal e única forma completa de se viver, enquanto que às “outras” sexualidades cabe o caminho da marginalidade, da imoralidade. Dessa forma, percebe-se que esse modelo

heteronormativo, é inscrito em nossos corpos e vidas de tal forma que as demais sexualidades são usadas não para evidenciar uma pluralidade afetivo-sexual, mas para destacar/classificar aquele que não se enquadra no modelo “natural e central”.

Para Borriho (2009) existe uma desqualificação, perceptível inclusive pela desproporção linguística:

Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade ( considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual( considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade. Nos dicionários de sinônimos, a palavra “heterossexualidade” nem sequer aparece; por outro lado, androgmaia, androfolia, homofilia, inversão, pederastia, pedofolia, socratismo, uranismo, androfobia,lesbianismo, safismo e tribadismo são propostos como equivalentes ao termo “homossexualidade”. E, se o dicionário considera que um heterossexual é simplesmente o oposto de um homossexual, são muitos os vocábulo que apresenta para designar esse último: gay, homófilo, pederasta,enculé, bicha-louca, homo, bichona, bichina, afeminado, bicha-velha, maricona,divertido,sodomita,travesti, traveco,lésbica,gomorreia,tríbade,sapatão,bi.gilete.

Nessas circunstâncias, a homofobia por todos os motivos aqui abordados é, sobretudo, o medo de que a equivalência da pluralidade sexual seja reconhecida, é inclusive uma violência à democracia, à medida que supervaloriza uns e menospreza outros. Também se constitui em fenômeno político, autoritário de inferiorização de determinados sujeitos, e promotor da desigualdade. Pois, assim como outros sistemas anteriormente utilizados em nossa sociedade justificaram a (ordem social) para legitimar a escravidão e o sistema discriminatório das mulheres, a homofobia promove atualmente a opressão tanto a nível social quanto ao individual aqueles não signatários do modelo heteronormativo, e aos “padrões do gênero”.

Lionço (2009) sustenta que para se tenha uma democratização dos direitos sexuais, é fundamental o reconhecimento de que a reprodução da espécie deixa de ser o motivo e o fundamento da relação sexual, que portanto, deve ser concebida como prática humana imersa na lógica do prazer e em suas diferentes formas de expressão. Por isso, faz-se necessário questionar a hegemonia de um modo único de vivenciar a relação amorosa, para quem sabe assim, nós tenhamos, efetivamente, assegurados à liberdade e à autonomia nas formas de se relacionar sexual e amorosamente, bem como de expressar a

feminilidade e a masculinidade, independente de corresponderem ou não aos estereótipos sociais construídos histórica e culturalmente.

Dessa forma, para afirmação em termos éticos e democráticos, é primordial que se criem mecanismos em nossa sociedade que alarguem os sentidos e as possibilidades sobre o campo da sexualidade e da identidade de gênero, sobretudo sobre a diversidade. No capítulo a seguir, iniciaremos uma discussão em torno da gestão da diversidade para o contexto da universidade de Brasília.

## GESTÃO DA DIVERSIDADE

De acordo com Fleury (2000), há diversos aspectos a se considerar quando se usa o termo diversidade, como por exemplo: sexo, gênero, idade, grau de instrução, grupo étnico, religião, origem, raça, língua, entre outras perspectivas. Nesse sentido, a diversidade deve ser entendida em sentido amplo, e, sobretudo compreendida como um mix de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo sistema.

Neste estudo, problematizamos o tema da diversidade a partir de questões ligadas à diversidade sexual. Assim sendo, cabe antes ressaltar alguns esclarecimentos sobre o significado de Gestão da Diversidade e suas possibilidades.

Thomas (1996), afirma que a gestão da diversidade pode ser definida como um modelo de gestão em dimensão holística, que dentro de uma organização incorpora a diversidade para o ambiente organizacional como estratégia, possibilitando a todos o pleno desenvolvimento de seu potencial na realização dos objetivos dessa organização.

Segundo Cox (1993), a administração da diversidade significa planejar e executar sistemas e práticas organizacionais de gestão de pessoas de modo a maximizar as vantagens potenciais da diversidade e minimizar suas desvantagens. Administrar a diversidade significa agregar valor à organização.

Assim, ela configura-se como uma oportunidade, visto que propicia uma forma estrutural de gerenciar a variedade existente nos grupos, o que possibilita atrair e reter os melhores talentos, proporcionando uma flexibilidade organizacional, capitalizando e otimizando a diversidade presente.

Nesse aspecto, esse modelo de gestão também tende a contribuir no combate a todas as formas de normatização que impliquem em processos de exclusão, e ainda com rompimento de processos discriminatórios institucionalizados.

Muito embora, na perspectiva de Gestão da Diversidade de Fleury (2000), essa, não deve ser – limitada, reduzida – a uma ferramenta para redução de danos a discriminação, ou de respeito aos sujeitos. Mas, sobretudo, um modelo de gestão que tem objetivos para além de uma questão de tolerar as diferenças entre pessoas.

Em estudos realizados sobre as vantagens da diversidade na competitividade, Fleury (2000), afirma que em um país como o Brasil, constituído justamente da diversidade de povos, de crenças entre outros tipos; a gestão da diversidade, em suma, tende a potencializar o contexto das instituições que se utilizarem de tal modelo, e a dinamizar o mercado profissional. Pois, dentre as suas possibilidades, ela multiplica os olhares sobre o contexto cultural e social, e que, por isso, quando administrada adiciona valor a organização.

Assim sendo, considerando a heterogeneidade do contexto da Universidade de Brasília, esse modelo de gestão se aplicaria como a uma dimensão política contra a violência aos “diferentes”, e também significaria desenvolver competências para o desenvolvimento de seu próprio espaço acadêmico, que além de propagar valores que pregam uma postura de acolhimento da diversidade, contribuiria ainda mais para o sistema educacional brasileiro.

Para Fleury (2000), o não gerenciamento da diversidade pode conduzir a um forte conflito intergrupais entre membros da maioria e da minoria. Os termos: “membros da maioria” utilizados pela autora, referem-se aos grupos cujos membros historicamente obtiveram vantagens, enquanto que “minorias” são os grupos que lhes foram subtraídos determinados direitos.

Considerando a pluralidade presente em nossa sociedade, e também na comunidade acadêmica da UnB, faz-se necessário pensar e intensificar o planejamento e as práticas organizacionais de gestão de pessoas, para que esse seja um espaço de transformação social e subverta normas reprodutoras de modelos hierárquicos. No contexto da Universidade de Brasília – por

exemplo – a prática de gestão de pessoas deve considerar que seu espaço acadêmico é repleto de crenças, valores, culturas, identidades e sexualidades.

Se levarmos em consideração essa pluralidade no seu espaço acadêmico, e também o impacto dessa instituição na formação de profissionais, pode-se inferir que essa diversidade produz referências positivas ou negativas em termos da eficácia organizacional.

Positivas se gerenciada de forma adequada, utilizando-se do potencial humano para assim abrir possibilidades na criatividade, eficiência e na eficácia da instituição; ou ainda, servindo-se da multiplicidade cultural para ser o diferencial na construção de uma sociedade democrática. E, negativas à medida que não desfrutar desta vantagem competitiva (que é a diversidade) para, então, agregar valores culturais de respeito à diversidade, e apegar-se as singularidades da comunidade para reproduzir um discurso de ódio contra aqueles que subvertem uma ordem social.

Portanto, essa instituição precisa estar alinhada com os preceitos de Gestão da Diversidade, tendo em vista esse seu papel como instituição pública de ensino superior; que dentre suas finalidades visa formar, qualificar, e promover a educação a um universo de pessoas. Pois, em uma sociedade plural como a nossa, o que precisamos é desenvolver valores de democracia e dignidade humana, proporcionando, a consciência de que somos naturalmente diferentes, e que, portanto, não cabe usar da diferença para justificar a discriminação de uns para com outros.

Sobretudo, a UnB precisa aproveitar das possibilidades que esse modelo de gestão oferece. Pois, a partir de uma política de valorização de sua diversidade na sua academia, a mesma terá uma ferramenta a mais para condução de criatividade, inovação, multiplicação de visões, valores culturais; e ainda contribuirá para a quebra das barreiras do preconceito e da discriminação.

Nessas circunstâncias, com relação à desigualdade sexual, por exemplo, Fleury (2000) explica que apesar desse tema se apresentar constantemente nas discussões em nosso país, os debates atingem mais a mídia, com poucas medidas concretas sendo tomadas a respeito, e com pouca repercussão nas esferas governamentais. Portanto, esse modelo de gestão pode ser capaz de contribuir para uma transformação e uma coesão social. Dessa forma, na

análise que iremos realizada neste estudo, visualizaremos como a UnB se situa na questão de Gestão da Diversidade em seu espaço acadêmico.

# MÉTODO

## INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Os critérios metodológicos utilizados no âmbito desta pesquisa foram escolhidos a fim de possibilitar um mapeamento da trajetória dos fatos sobre a questão da homofobia e sua relação com práticas de gestão da diversidade na Universidade de Brasília.

Dessa forma, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, que foi composta por uma fase de análise documental e uma fase de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas a membros da comunidade acadêmica da UnB.

De acordo com Silverman (2009), a pesquisa qualitativa engloba um conjunto de técnicas que visam compreender e codificar os componentes de um sistema. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa proporciona possibilidades de estudar fenômenos sociais complexos. E, faz o uso de dados coletados em determinado local para encontrar interpretações sobre (o quê? e o como?) os significados são atribuídos nos contextos indicados. Com isso, a pesquisa qualitativa supõe um recorte temporal e espacial de determinado fenômeno.

Este trabalho também se enquadra como estudo de caso, os dados analisados são de um local específico, da Universidade de Brasília. E, a escolha da metodologia análise documental, deve-se ao fato de que essa possibilita uma observação de dimensão temporal e também do contexto social em que se encontra a UnB em relação à temática de estudo, proporcionando ainda a identificação informações factuais sobre o fenômeno estudado.

Para Silverman (2009), os documentos são fontes de dados brutos, e impressões deixadas num objeto físico. Essas, podem se apresentar sob a forma de fotografia, de filmes, de endereços eletrônicos, imprensa, entre outras formas possíveis. No caso desta pesquisa, foram utilizados como documentos os arquivos eletrônicos da SECOM (Secretaria de Comunicação da UnB) tanto os arquivos localizados pela internet quanto os arquivos armazenados no centro de documentação da secretaria.

Em linhas gerais, cabe ressaltar a finalidade da SECOM. Esta secretaria tem o importante papel de informar a comunidade interna e externa sobre a produção científica e cultural da universidade. Cabe, ainda a ela, divulgar o papel social da UnB; cobrir os eventos e atividades que integrem os estudantes, os professores e os funcionários às funções de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Desse modo, justifica-se a escolha dos arquivos divulgados por essa secretaria, pelo o fato da mesma ser responsável de mediar o contato entre a imprensa e a comunidade acadêmica.

Já o uso de entrevistas semi-estruturadas na pesquisa, foi com o objetivo de absorver a percepção e o conhecimento de membros da comunidade acadêmica sobre as questões em torno da homofobia e práticas de gestão da diversidade. Segundo Bauer (2002), esse tipo de técnica é uma metodologia de coleta de dados que proporciona ao pesquisador esquemas interpretativos das relações entre os atores sociais e a situação do contexto. Sobretudo, a entrevista promove uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores, e motivações em relação ao contexto dos respondentes. E numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro de entrevistas vai depender da qualidade das informações obtidas.

## SUJEITOS

Foram realizadas três entrevistas em diferentes momentos, a primeira delas com Devanir Rodrigues de Oliveira também conhecido como Devs Oliveira em julho de 2012. Formado em Educação Artística pela UnB, ele é ex-coordenador do KLAUS (O grupo Klaus, foi o primeiro grupo universitário com atuação mais efetiva em políticas de valorização da diversidade LGBT no Distrito Federal). Este grupo foi instituído em 2006, com objetivos de dar mais visibilidade aos casais homossexuais da/na UnB.

Devs é também ex-produtor cultural pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura – DEA/UnB, e foi o idealizador do I Encontro TransArte na UnB, evento que se utiliza das artes para a refletir e discutir na universidade temas relacionados às problemáticas dos Corpos Transviados (corpos que não correspondem às normas sociais padrões de perfeição). Atualmente, Devs

trabalha como professor de teatro no estado de Goiás, e por conta de seu envolvimento e articulação na UnB com temas ligados à cidadania LGBT e políticas que envolvem a diversidade, optou-se por realizar uma entrevista com o mesmo.

A segunda entrevista foi realizada com o professor Edgar Merchan-Hamann da Faculdade de Ciências da Saúde, em agosto de 2012. O professor Edgar é Doutor em Saúde Pública, trabalha na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: HIV-AIDS, DST; Vigilância Epidemiológica; epidemiologia dos hábitos e práticas relevantes à saúde; epidemiologia da violência; ele também é ex membro do grupo KLAUS.

O terceiro entrevistado é o professor Marcus Vinícius Soares Siqueira do Departamento de Administração da UnB. O professor Marcus Vinícius é Doutor em Administração de Empresas, professor da Pós-Graduação em Administração, e desenvolve pesquisas na área de gestão da diversidade, com enfoque na população homossexual.

Diante o exposto, este estudo foi estruturado em duas etapas: a primeira foi a análise dos documentos da SECOM compreendendo o período de 2002 a 2011, e a segunda etapa deu-se pela a realização das entrevistas. No capítulo a seguir iniciaremos a análise e discussão dos resultados.

# PESQUISA 1 - ANÁLISE DOCUMENTAL

## RESULTADOS

A busca pelos documentos se constituiu em dois movimentos – a priori, ocorreu a recolha dos documentos avaliando-se as condições, as fontes e o contexto histórico em que foram produzidos, e no segundo momento se verificou o conteúdo dos mesmos. Assim sendo, foram verificados os fatos, as discussões, as entrevistas e notícias que possibilitassem o entendimento do cenário que compunha a UnB para que a mesma dialogasse em sua comunidade, ações de gestão em prol da cidadania LGBT, e ainda o que essa universidade realiza com relação a práticas de Gestão da Diversidade.

Analisaram-se primeiro os registros que ainda se encontram disponíveis no site da UnB. Como filtro para a pesquisa, priorizou-se os registros que demonstrassem debates sobre a homofobia e temas relacionados. E pelo portal de notícias buscamos localizar tensões presentes na realidade da UnB sobre questões ligadas à homossexualidade, à bissexualidade e à identidade de gênero. Foram utilizadas palavras chaves como fonte de busca, tais como “homofobia”, “sexualidade”, “diversidade”.

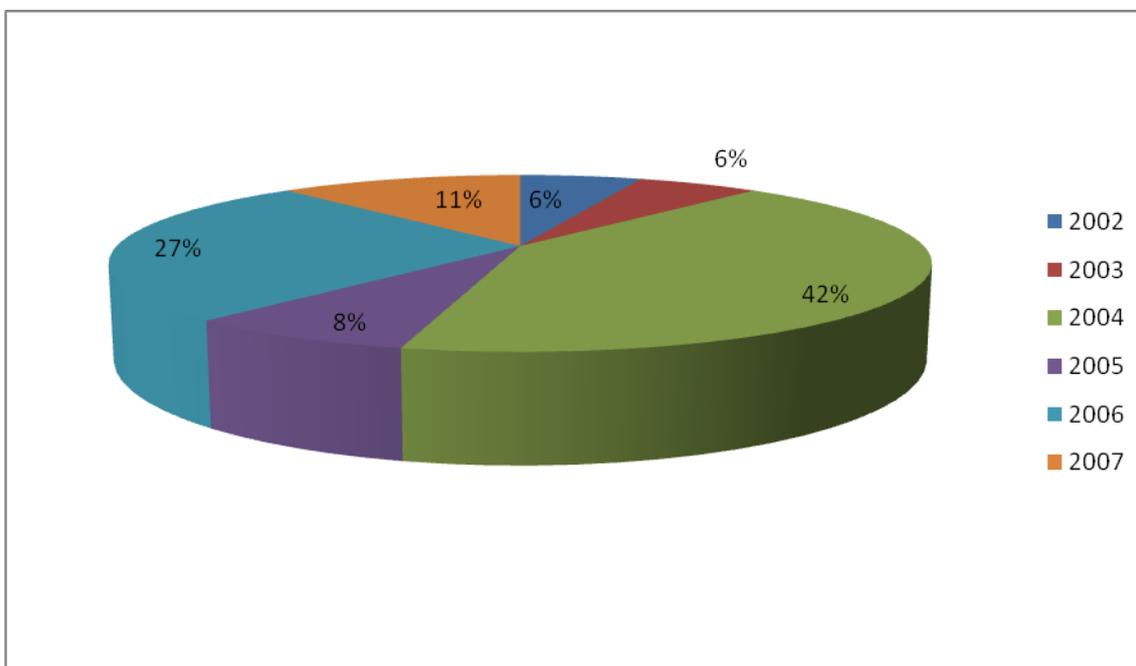
A partir dessa investigação, observamos que uma série de notícias, dentre elas entrevistas, artigos, e fatos ocorridos na instituição formam um conjunto de documentos, que registram um recorte de quando a problemática em questão passou a ser inserida no arcabouço das discussões dentro UnB, oferecendo instrumentos de observação e análise. Entretanto, foram localizados arquivos compreendendo apenas os últimos cinco anos, e para investigar um período maior e assim alcançar aos objetivos propostos inicialmente, empreendemos uma busca também de arquivos no centro de documentação da SECOM.

E, após a análise desses arquivos da SECOM (online/e do centro de documentação), é que se realizaram as três entrevistas com membros da comunidade acadêmica da UnB.

Para melhor visualização de como a discussão sobre a diversidade sexual e suas questões vem influenciando nas práticas de gestão da UnB, disponibilizaremos na **figura 01** a porcentagem do total de arquivos

encontrados no centro de documentação de 2002 a 2007 e **na figura 2** dos arquivos compreendendo o período de 2008 a 2011.

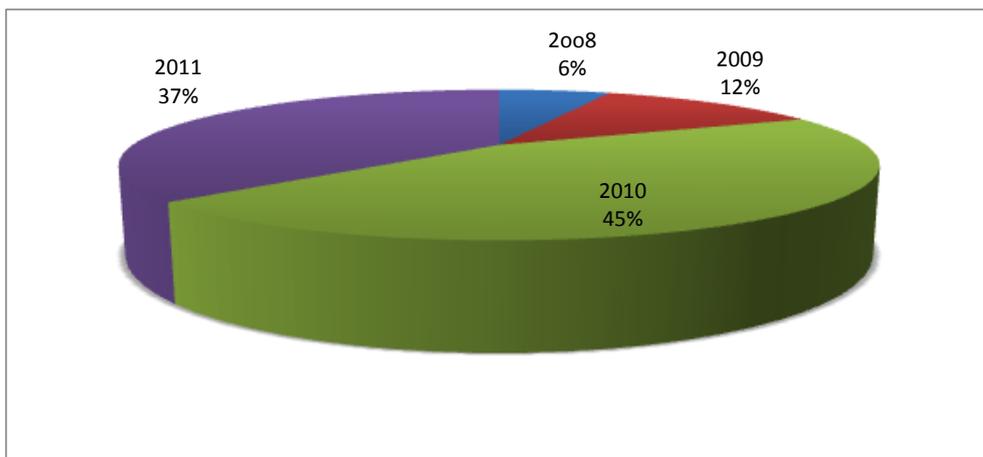
A seguir, a **figura 01** mostra o resultado dos arquivos do centro de documentação da SECOM que subsidiaram a análise do período de 2002 a 2007.



**Figura 01.** Gráfico ilustrativo da porcentagem de arquivos encontrados no centro de documentação da SECOM, sobre questões ligadas a este estudo.

Dentre os anos analisados, observa-se que há um aumento principalmente nas divulgações de 2004 a 2007. De modo que 2004 se apresenta como o ano de maior índice, representado 41% do total de registros analisados. Logo depois, vem o ano de 2006 com 26%, 2007 com 11%, e por fim aparece o ano 2005 com a porcentagem de 8% do total de documentos. Já os anos 2002 e 2003 com uma porcentagem um pouco mais tímida, representados com 6% de registros analisados.

Já a figura 2 traz a porcentagem do conjunto de documentos envolvendo o período de 2008 a 2011 que ainda estão no portal da UnB (<http://www.unb.br/noticias/>). Os documentos desse período demonstram que os investimentos e ações em prol da diversidade tornam-se cada vez mais presentes.



**Figura 02.** Gráfico ilustrativo da porcentagem de arquivos divulgados no site da SECOM.

Os resultados apontam que 2010 e 2011 ficam entre os anos com maior destaque de registros. De modo que especial nesses anos, os conflitos ligados a questões relacionadas à homofobia se apresentam em uma projeção geométrica, reivindicando urgentemente providências por parte da área gestora da universidade.

## DISCUSSÃO

Dentre o total de arquivos analisados, destacamos aqui trechos daqueles cujo propósito de conteúdo fosse discutir questões ligadas à homofobia, ações de encaminhamentos para uma gestão da diversidade, e ainda, os que revelassem o contexto da UnB em situações de preconceito e/ou discriminação a questões de gênero/sexualidade.

Iniciaremos a argumentação pela reportagem<sup>3</sup> divulgada no dia 26 de junho de 2003: *“Um amor como outro qualquer”*. Essa matéria traz informações sobre um debate com relação à homossexualidade – realizado em 2003 no campus da universidade – e explicita um desejo de igualdade por parte dos gays.

*O modelo heterossexual imposto há milênios pela sociedade é a causa principal do sofrimento de milhares de pessoas. Um cidadão que não se insere nesse padrão pelo simples fato de gostar de pessoas do mesmo sexo se vê obrigado a enfrentar barreiras cruéis de preconceito. Esse foi o mote do encontro promovido pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEAC - UnB) do Projeto Pontos de Visão que trouxe à tona um assunto pouco discutido nas universidades brasileiras. Participaram do debate a professora do Departamento de História da UnB, Tânia Navarro, a professora do Departamento de Antropologia da UnB, Rita Segato, o professor da Faculdade de Comunicação da UnB, Denílson Lopes e o presidente do grupo Estruturação, Welton Trindade.*

O projeto “Pontos de Visão” mencionado acima é uma atividade organizada pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura da UnB, esta diretoria promove mensalmente debates de temas atuais, e contempla em seus eventos a participação da comunidade acadêmica e de especialistas dos temas suscitados. O trecho destacado demonstra como a heteronormatividade é vista como uma das principais causas para a prática de violência com o público LGBT.

Ainda, dessa mesma reportagem, destacam-se dois comentários da professora Tânia Navarro, o primeiro deles a professora faz algumas considerações sobre como é vista a homossexualidade feminina, colocando em voga a ordem de modelo heterossexual, que é imposto na sociedade:

*(...) existem duas formas de enxergar a homossexualidade feminina. Uma delas é como uma “imensa ameaça social à ordem*

---

<sup>3</sup> Para melhor visualização e diferenciação das demais citações, as reportagens e as entrevistas serão grifadas em *itálico*.

*heteronormativa". A ameaça, de acordo com ela, se dá à medida de que, no modelo heterossexual imposto, a mulher é colocada como produtora. Outra maneira de se ver o lesbianismo, segundo ela, é tratar como algo sem importância, pois não representa ato sexual por não haver penetração. Dessa forma, a atitude passa a ser ignorada e só existe em situações em que a relação entre mulheres serve como um atrativo masculino, como em filmes pornográficos, por exemplo.*

Como já pontuamos anteriormente, podemos inferir do discurso da professora que o lugar social atribuído ao feminino é sempre a mercê das necessidades masculinas, e com isso a imagem de reprodutora, receptora e passiva, fato esse que dificulta a compreensão da homossexualidade feminina como uma das diversas formas de vivenciar a sexualidade. Já no segundo comentário consideramos a avaliação da professora sobre a realização de debates como esse na universidade.

*A professora Tânia Navarro avaliou o encontro como uma ação afirmativa na luta contra conceitos impostos. Segundo ela, a diversidade sexual é uma prática humana que não deve seguir nenhum modelo. "Encontros como esse são ações dispostas a quebrar essa obrigatoriedade de desejo entre sexos opostos", esclarece. Para ela, a sociedade em geral é "domesticada" a viver numa "simplificação binária ocidental", onde se nutre a ilusão de que apenas homens e mulheres podem se relacionar afetuosamente. "Nós estamos abrindo espaços a cotoveladas para mostrar que práticas sexuais existem porque são humanas", desabafa a professora fazendo referência aos diversos movimentos em prol do bem estar do homossexual.*

Em outras palavras, o que se observa desse discurso é um norte de como a violência é motivada por engessamentos de paradigmas; essa fala corrobora o que Michel Foucault denunciava como dispositivo de poder. Historicamente, a sexualidade fora utilizada através de um conjunto de práticas e de discursos "tidos como verdades" para a normatização dos sujeitos, conforme apontou Foucault (1988, p. 82), em seu livro história da sexualidade:

[...] O Poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em sua intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apóie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições quotidianas, das instâncias da dominação social as estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo.

Dos documentos de 2004, observamos como esse ano foi de intensa movimentação na universidade, tornando-se inclusive cenário para grandes

discussões sobre a temática LGBT. Conforme podemos observar por meio da matéria “*Ciência contra preconceito: UnB sedia a maior reunião da América Latina sobre estudos gays e lésbicos nos contextos social e cultural*” divulgada em 02 de Junho de 2004:

*Representações da diversidade sexual na cultura brasileira são o tema principal do II Congresso da Associação Brasileira de Homocultura (ABEH) – Imagem e Diversidade Sexual, a ser realizado na Universidade de Brasília (UnB) entre os dias 16 e 19 de junho. A cultura brasileira, nesse contexto, abrange mais aspectos que a arte simplesmente. “São as representações sociais como um todo e como elas são tratadas pela mídia”, afirma Denílson Lopes, professor da Faculdade de Comunicação da UnB e organizador do encontro. O congresso está organizado em quatro sub-temas: a reconfiguração dos estudos gays-lésbicos e feministas no Brasil; alteridade e novas masculinidades; imagens e narrativas da Aids; e corpos transgêneros e performance.*

Nesse mesmo período, no dia de 25 de Junho, destacamos trechos de uma entrevista com o organizador desse evento acima, o professor Denílson Lopes. Vejamos a impressão dele sobre o evento:

*O Congresso ficou marcado por ser multidisciplinar. Isso é positivo por permitir ampliar o número de pesquisadores de áreas diferentes dentro da organização. O fato de ter sido realizado em Brasília, pela primeira vez, ajudou a trazer pesquisadores da região. Outros pontos positivos foram a grande participação de alunos e a boa repercussão que o encontro teve na mídia. E o fato estratégico de ter acontecido entre a Parada Gay de São Paulo e a de Brasília impulsionou a divulgação. A participação dos militantes contribuiu muito para fomentar o diálogo com a sociedade civil e os grupos politicamente organizados. Tivemos grande respaldo da administração da universidade, além de apoios de fora, como a Embaixada do Canadá, Capes, CNPq, Fapesp, que dão legitimidade e respeitabilidade à associação.*

O que se verifica da fala do professor é que houve um apoio por parte da administração da UnB para a realização do evento, nos indicando que a UnB coloca em sua comunidade espaço para reflexão sobre a diversidade. E no destaque abaixo, o professor explica conceitos e as implicações do uso do termo homoafetividade ao invés de homossexualidade.

*A palavra homossexualidade vem de homossexualismo e foi inventada no século XIX, porque ela efetivamente não existia antes, assim como a palavra heterossexualidade. A homossexualidade representava três grandes discursos cheios de preconceito: doença, crime e pecado. Mesmo assim, quando você passa a usar a palavra homossexualidade, já existe uma tentativa de diferenciação em relação ao século XIX em busca de um tom mais neutro, mais aberto e sem conotações. Já, na primeira metade do século XX, começa-se a usar a palavra homoerotismo.*

Nesse sentido, depreende-se do recorte informações sobre o caminho espinhoso o qual os homossexuais foram submetidos ao longo da história, que

vai desde prática infame, pecado da natureza, crime abominável, a doença mental, entre outras classificações. Cabe ressaltar que homossexualidade foi classificada até os anos 1980 do século XX como doença, com registro no Código Internacional de doenças (CID).

E sobre a relevância da transposição de conceitos que podem produzir equívocos e assim fomentar ainda mais determinados preconceitos, o professor esclarece, então, que não se trata apenas de uma questão meramente semântica da palavra homossexualidade para homoafetividade, o professor Denilson ressaltando que:

*É importante buscarmos palavras que diluam e "estabeleçam fluidez entre essa polaridade homossexualidade/heterossexualidade, em que se estabeleceu uma grande tensão: ou se é um ou outro. Então, quando se fala em homoerotismo, aponta-se para o pensamento em uma gama de relações entre pessoas do mesmo sexo que não levam necessariamente estabelecidas a uma identidade homossexual. A idéia da homoafetividade diz respeito a quaisquer relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, não necessariamente sexuais. Então, a homoafetividade masculina vai desde a relação do filho com o pai, a primeira imagem masculina que o garoto tem, a relação entre irmãos do mesmo sexo... ou em espaços masculinos como estádios de futebol, por exemplo, até chegar às relações amorosas. O papel disso é não estabelecer uma separação nítida e mostrar que a passagem da homossexualidade para a heterossexualidade não é um abismo. Pode ser uma mudança na esquina. Isso ajuda a dissolver a polaridade e contribui para combater o preconceito.*

O interessante na argumentação desse professor, é que o termo homoafetividade traz uma abrangência de sentidos, e quando se fala em homofobia, geralmente, associa-se a imagem somente de homossexuais. Louro (2007) argumenta que a homofobia funciona como mais um importante obstáculo à expressão de intimidade entre homens, de modo que, quando se demonstra comportamento homoafetivos, em nossa sociedade, é preciso ser cauteloso, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o "macho".

Com relação ao ano de 2005, destacamos a reportagem do dia 22 de fevereiro "O tesouro embaixo do arco-íris". Porque essa matéria traz dados de uma pesquisa sobre "a Família no Brasil nos anos 90", e sobre a construção da conjugalidade homossexual, que foi desenvolvida por Luiz Mello, doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

O que nos chama atenção nessa reportagem é o fato dela nos revelar que no Brasil e no mundo, lésbicas e gays estão "assumindo" para si e

publicamente, em escala crescente, a linguagem da ternura e da preocupação sentimental em suas parcerias amorosas; redefinindo padrões de conjugalidade e rompendo com os limites convencionais definidores da instituição familiar. Vejamos trechos da fala do professor que mostra o panorama da situação no Brasil no ano de 2005:

*No Brasil em particular, o ano de 1995 é um marco para a luta homossexual, tendo em vista a apresentação, pela Deputada Marta Suplicy, do Projeto de Lei nº 1151/95, que institui a união civil entre pessoas do mesmo sexo, atendendo demanda de grupos homossexuais organizados. Todavia, faz 10 anos que o projeto aguarda votação no Plenário da Câmara dos Deputados e nada indica que isso ocorrerá nos próximos dois anos, já que o novo presidente da Casa é um católico fundamentalista, intolerante a demandas de feministas, homossexuais e deficientes físicos, especialmente nos casos do aborto, da parceria civil e das pesquisas com células-tronco. O Judiciário, em face do vazio legal, tem se posicionado ao sabor dos ventos e das emoções dos juizes em relação ao tema, ora reconhecendo o estatuto familiar das uniões homossexuais, ora negando. Enquanto isso, duas personagens lésbicas assumem-se como casal na novela das oito e se preparam para adotar uma criança. Um professor universitário, gay assumido, monopoliza as atenções nacionais num reality show, como um “viado do bem”.*

Assim sendo, esse “novo” parâmetro representado na fala acima, ressalta ainda mais a necessidade da universidade estar atenta a essas novas formas familiares. E depreende-se, que o novo contexto deve-se ao fato de uma desconstrução da imagem perversa e pouco humana associada aos homossexuais, e da crescente visibilidade do segmento. Atualmente, o Supremo Tribunal Federal reconhece a união civil entre homossexuais, apesar de ainda não existir uma lei que regulamente a união civil das relações homoafetivas. Essa conquista no judiciário foi estabelecida somente em 2009, após a suprema corte entender que a união entre pessoas do mesmo sexo pode ser enquadrada no regime jurídico também como uma entidade familiar.

Em articulação com o capítulo teórico, salienta-se que na contemporaneidade apesar de ser recorrente a abordagem da temática gay em novelas e em programa de televisão, as representações ainda se dão em formatos de caricaturas e em papéis coadjuvantes.

Até hoje, a única vez que se apresentou um beijo em novelas da televisão brasileira que simbolizasse uma relação homoafetiva, foi entre duas mulheres, na novela Amor e Revelação do canal SBT. O que para nós, não foi nenhuma surpresa, que em um país onde a dominação masculina exerce seu poder, a

representação de relação homoafetiva partisse sob os moldes de fetiches masculinos e dentro de uma “aprovação” da cultura machista. Pois, a cena apresentada foi entre duas mulheres que estão dentro dos padrões de beleza e de feminilidade; o conteúdo dessa cena<sup>4</sup> está associado a vídeos pornográficos.

Já de 2006, trazemos quatro reportagens, a primeira delas é a do dia 18 de Julho: “*A primeira lição da sala de aula*”, cujo conteúdo apresenta uma entrevista com a professora Rita Laura Segato, na época, professora do departamento de Antropologia.

Nessa matéria, a professora argumenta sobre a questão da importância dos direitos humanos na educação, e sustenta a tese de que a primeira lição de da sala de aula deveria ser a lição de espaço público:

*A lição de cidadania deve antecipar e acompanhar a transferência dos conteúdos disciplinares. Ela consiste em fazer da aula o lugar em que se testam e exercitam métodos para desenvolver a capacidade de convivência no espaço público entre pessoas muito diferentes entre si.*

*[...] Ter uma aula livre de piadas misóginas, homofóbicas ou racistas é uma aspiração antiga dos alunos da UnB. Os recorrentes relatos que ouvi durante meus 21 anos de magistério na casa claramente me mostraram isso.*

*[...] Somente depois de uma reflexão bem munida de exemplos históricos e suficientemente aprimorada por uma prática de debates, a comunidade dentro e fora da academia se tornaria capaz de entender o verdadeiro significado e alcance do direito à liberdade de expressão e de palavra, que supostamente ampararia o professor ao enunciar seu preconceito em sala de aula.*

O que se destaca dos trechos é a informação de que as salas de aulas da universidade também são espaço para prática da homofobia, em seu discurso a professora usa o exemplo das piadas. Por ora, observa-se, que na universidade discursos que coíbem a diversidade, ou que expressam desgosto pela presença dessa variedade de atores na sala de aula, compromete a pluralidade de presenças. Portanto, esses “discursos” utilizados como opressão à diversidade, devem ter limites, e não devem limar a integração da diversidade cultural, pois assim o direito a pluralidade fica ameaçado.

Também nos chama atenção à notícia do dia 19 de setembro: “*Universidade e Preconceitos – Discutindo e Enfrentando uma Realidade*”, essa

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=zH4qi-YqGL8>

notícia revela que a universidade organizou um seminário com pesquisadores da UnB para discutir o preconceito. E dentre os temas de debates estavam os conflitos sociais dentro das instituições de ensino superior. Conflitos de gênero, de etnia, de classe, e de sexualidades fizeram parte do ciclo das discussões.

Contudo, por meio dessas matérias agora até agora destacadas, nota-se que a UnB em todos os anos promove discussões que contribuem não somente para sua comunidade acadêmica como também para toda sociedade, e isso oferece meios para pensar ainda mais sobre a importância de um modelo de gestão na UnB, colocando em amostra a vulnerabilidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Pois, em trechos da notícia, novamente visualizamos que o preconceito e a discriminação dificultam um espaço democrático para com a diversidade, essa ideia é reforçada pelo trecho do discurso abaixo:

*As desigualdades não estão ausentes nas universidades, assim como na sociedade brasileira, apesar do mito da “democracia racial”, de que o Brasil aceita as diferenças sociais. “Há uma crença de que a sociedade brasileira é flexível, de que aqui não há preconceito e isso é uma forma de negar o que realmente acontece. Se não assumirmos que existem preconceitos, não vamos conseguir enfrentá-los”, afirma uma das coordenadoras do seminário e professora do Instituto de Ciência Política, Flávia Biroli.*

Contudo, o que se percebe, é a necessidade das organizações discutirem e refletirem sobre os preconceitos existentes nas instituições de ensino superior no Brasil.

Na terceira reportagem também de 2006, colocamos em análise a notícia, divulgada em 04 de dezembro “*Diversidade e festa na UnB*” sobre a divulgação sobre a agenda cultural da universidade:

*A Agenda Cultural da Universidade de Brasília (UnB) tem programas para todos os gostos. Os festeiros poderão curtir o show de Arnaldo Antunes na quarta-feira, 6 de dezembro, além do churrasco dos alunos de Economia VibeFest 2 no sábado, dia 9. Nesta semana, a temática do Núcleo de Vídeo Comunitário é o preconceito sexual.*

O destaque revela que a UnB abre promove a produção movimentos cultural que tematizam e exploram a questão diversidade sexual, e são práticas como é essa que nos indicam que a Universidade de Brasília é um meio que tem buscado, ainda que de forma tímida, considera e multiplicar os olhares sobre a diversidade.

A quarta e última reportagem de 2006 “*Ativistas querem formar pesquisadores*” de 04 de dezembro, visualiza-se que uma responsabilidade social vem sendo demanda na Universidade de Brasília no tocante as relações afetivassexuais. E, através dessa reportagem, que traz informações a cerca de um seminário cujo objetivo era defender que o tema da diversidade sexual seja absorvido para dentro dos estudos acadêmicos.

*Os militantes envolvidos em discussões de direitos sexuais querem que o tema da diversidade chegue aos estudos acadêmicos e, com isso, pretendem formar pesquisadores. Para concretizar essa proposta, o Grupo Universitário Pela Promoção da Cidadania LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) Klaus, da Universidade de Brasília (UnB), realiza o Seminário Klaus pela cidadania LGBT's.*

Observa-se que a pauta de discussão, dessa vez, foi a importância de se formar pesquisadores na área de sexualidades, ressaltando uma necessidade de que as abordagens sobre “gênero e sexualidade” realmente saíam do campo das reivindicações, e partam para algo mais propositivo. E nesse sentido, essa problemática em torno da diversidade sexual conduz a UnB para um contexto de comprometimento social com essas questões da sociedade, e ainda de inovação, pois até então pelos documentos aqui analisados, verifica-se que a universidade ainda está aquém de sua capacidade de contribuição para essas questões.

Outro ponto, que também destacamos, é o relato de um ato de violência com um aluno da UnB que ocorreu fora da universidade.

*A experiência do calouro de Química da UnB Marco Antonio Barbosa Duarte, 23 anos, é prova da necessidade de trabalhar pela conscientização acerca do tema. Na noite de domingo, 3 de dezembro, ele foi espancado quando saía do Bar Barulho (no Parque da Cidade). Ainda mancando, conta que, quando deixou o local com três amigos, seis rapazes desceram de um carro e foram em sua direção. Além de agressões verbais e físicas, levaram o celular de Duarte. “É humilhante e revoltante porque isso foi motivado por minha homossexualidade. É mais triste ainda saber que a violência vai muito mais longe que isso e chega a casos de estupro e assassinato”, lamenta o estudante.*

A fala do estudante retoma ao princípio de como essa violência feriu e agrediu o outro pela sua condição, e como essa problemática persiste diante de uma população, devido a uma ordem sexual pré-estabelecida.

Desse modo, pelas reportagens de 2006 verificamos que houve uma intensa movimentação sobre a diversidade sexual, e mostra a relevância de se

criar na Universidade de Brasília mecanismos promotores de uma educação em moldes da pluralidade sexual, não somente para fortalecimento de uma democracia, mas ainda para garantir direitos constitucionalmente inscritos.

De 2007 realçamos uma matéria sobre a transexualidade com a professora Tatiana Lionço *“Freud explica mudança de sexo: Transexualidade não é doença”*. Comportamento é originado na infância, diz estudo da UnB:

*A transexualidade é tão possível para o ser humano quanto a heterossexualidade; não dá mais para aceitar a idéia de aberração, que marginaliza e estigmatiza os indivíduos que, por não se reconhecerem em seus corpos anatômicos, são tidos como desviantes”, diz Tatiana Lionço, autora da pesquisa.*

Na atualidade, a Transexualidade é considerada como transtorno de identidade de gênero pela Organização Mundial da Saúde.

De acordo com Jesus (2010), a transexualidade tem haver com a forma como a pessoa se percebe e quer ser percebida, e transsexual é todo(a) aquele(a) que reivindica o reconhecimento social e legal para o gênero feminino é uma mulher transexual, enquanto aqueles que reivindicam esse reconhecimento para o masculino são homens transexuais. Contudo, a transexualidade trata-se de uma questão de identidade, e, portanto tem uma diferença entre transexuais e gays/lésbicas, apesar de também sofrerem com os obstáculos do pré-conceito e da discriminação, eles também são vítimas dos fundamentos da homofobia.

Nesse contexto, percebe-se através desses registros analisados que esses debates, eventos, entrevistas, seminários e todas as movimentações ressaltadas aqui, nos indica que contribuem ainda que em passos lentos para a mudança cultural na UnB.

Dos arquivos disponíveis *online*, destacamos a reportagem divulgada no dia 02 de fevereiro de 2008, *“O homossexual ainda não é aceito no Brasil”*, realizada com o doutor em psicologia pela UnB Roberto Menezes de Oliveira, onde esse professor faz uma alerta sobre uma falsa impressão de que as “coisas estariam mudando” em todo o país, no que tange a tolerância as sexualidades.

*Se o homossexual percebe sua condição em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou em qualquer outra grande cidade, ele terá um tratamento diferente de quem se percebe homossexual em Mombaça, lá no interior do Ceará. A diferença é imensa. Existe uma impressão de que as coisas estão mudando em todo o país, de que há mais aceitação, mas ela é falsa. Tudo se resume a uma*

*questão de escolaridade. As pessoas mais cultas, que tiveram mais acesso à educação, tendem a ser mais flexíveis. E, ainda assim, estão longe de um patamar de aceitação. Elas apenas aumentam o patamar da tolerância, e isso é bem diferente. Uma coisa é ser aceito, outra é ser tolerado”.*

Na realidade, depreende-se não somente do trecho destacado acima como também de outros trechos que destacaremos dessa entrevista que a homossexualidade ainda se mantém presa às amarras do preconceito e discriminação.

Roberto aponta, por exemplo, que as pesquisas realizadas sobre “*aceitação de orientações sexuais não heterossexuais*” são feitas em grandes centros. E, dessa forma, até que ponto poderíamos considerar que a nossa sociedade está livre da intolerância? Com a afirmação de que as pesquisas são realizadas também com pessoas que tem mais acesso a educação, ele coloca em questão a educação.

Em nossa sociedade, e principalmente em regiões onde a educação é realizada em “credos” tidos como “verdades absolutas”, e onde a mesma é enviesada por manifestações arbitárias de inferiorização, demonização ou anormalização daquilo que é diferente, acaba-se contribuindo para construção de um ambiente de resistência a pluralidade.

Quando perguntado se enxergava boas perspectivas com relação à homossexualidade no Brasil, vejamos o trecho em que ele diz:

*Eu sou otimista. Para concorrer no mercado globalizado, o Brasil tem de educar a população, e, junto com essa educação, vem a maior tolerância com o diferente. E o movimento não pára. É um desafio, principalmente para quem já tem acesso à cultura, à educação e à informação. Os meios de comunicação ainda passam uma visão estereotipada dos gays em novelas e programas humorísticos. É aquela visão da “bicha”, que faz parte de um arcaísmo da mentalidade brasileira. Só que agora eles também mostram uma representação moderna, quando divulgam as paradas gays, por exemplo.*

Essa reportagem com o professor Roberto Menezes surgiu a partir da discussão levantada em torno do desfecho de uma situação de Homofobia vivenciada no estado de São Paulo, no qual é destacado que somente no começo de 2008, a Secretaria de Justiça desse estado aplicou pela primeira vez sua lei estadual contra homofobia, criada em 2002. Segundo as informações da reportagem, a lei foi aplicada devido a um técnico de laboratório, de 27 anos, ter insultado e agredido um industrial em novembro de

2006. O técnico teria atirado uma lata de cerveja, dado uma tapa no rosto e chamado o industrial de “veado”.

Apesar da reportagem acima trazer uma discussão que envolve a questão da homofobia, não se observou discussões nesse ano de como a universidade se relaciona com essa problemática, e nem ações de gestão.

Já em 2009, encontramos registros que apontam uma tensão por motivação homofóbica dentro da universidade, com relatos de situações vivenciadas inclusive dentro do campus.

Nesse sentido, apontamos a cobertura do dia dos namorados na UnB com pessoas do mesmo sexo, na reportagem divulgada no dia 12 de junho de 2009: “*Amor livre e diverso no campus*”, para visualizarmos como se dá a percepção deste “amor diverso” na Universidade. O primeiro trecho a ser destacado é de Devs Oliveira, – na época – membro e coordenador do KLAUS:

*As pessoas precisam saber que os homossexuais também possuem uma vida amorosa. Fazer os cartazes à mão fortalece essa ideia e contrapõe o dinheiro que envolve a data”, afirma Dévis Oliveira, estudante de Artes Cênicas que coordena o grupo. Os 150 cartazes foram confeccionados durante a última reunião do Klaus, que surgiu há três anos para dar suporte aos alunos que sofrem com a homofobia dentro do campus.*

Observa-se que até a fala de Devs Oliveira, o problema da homofobia no campus não era mencionado nos registros. No entanto, o que se verifica é um estado de insegurança com a diversidade que habita a UnB. Se considerarmos essa ausência de informações no tocante a casos reais de homofobia no campus, e levarmos em consideração os registros encontrados nos anos anteriores, depreende-se que a homofobia e suas implicações constantemente vêm sendo discutida no campus, com uma discussão que abre possibilidades para compreensão das diferenças, entretanto deixa a desejar no quesito de estratégias para coibir “esse sofrimento” que aparece na fala acima.

Por meio de imagens divulgadas nessa reportagem, visualiza-se a situação vivenciada na época.



**Figura 03.** Cobertura do dia dos namorados de 2006 divulgado no site da SECOM.

A imagem acima é o registro de um dos cartazes feitos pelo grupo KLAUS. Ela foi tirada do mural dos corredores da Universidade, e mostra um xingamento dirigido à declaração de amor feita por “Daniel” a “Marcos”. Observa-se que o incômodo gerado, foi devido a essa declaração de amor ter sido feita entre pessoas do mesmo sexo. Pois, é comum, e até mesmo incentivado em nosso cotidiano as declarações de amor entre sexos opostos.

Se ao invés de “Marcos” fosse “Maria”, ter-se-ia alguma uma hostilidade a essa forma de amar? São mensagens como essa que colocam as claras como a heterossexualidade é a forma hegemônica, e como um padrão exerce, por vezes, uma supressão até mesmo de direitos a homossexualidade. Colocando em vulnerabilidade aqueles não signatários à norma, na qual até mesmo o fato de se demonstrar que existe um amor entre pessoas do mesmo sexo, faz com que o anônimo se sinta motivado e venha a direcionar um insulto a esse amor.

Sobretudo, essa imagem da cobertura do dia dos namorados, nos exemplifica como os que transgridem as fronteiras do gênero ou de sexualidade, são marcados como sujeitos diferentes. Seguindo esse raciocínio é que o anônimo da frase cria sua correspondência de que: homem que tem afeto por outro homem, não é homem – “Vira Homem Porra!”. Conforme

observamos, essa correspondência é realizada ainda em moldes binários de (macho/fêmea, masculino/feminino, heterossexual/homossexual), ou seja, na lógica: sexo-gênero-sexualidade. E, percebemos, ainda, como a lógica binária da construção cultural pela qual o corpo é marcado vigia o modelo de “homem” em nossas sociedades.

O que significa que não se limitar a construção do “homem de verdade”: o (forte, bravo, racional, viril, insensível, dominador, corajoso, que fala grosso, que não chora) é como não ser homem. E aquele que é o diferente, o estranho, o esquisito, o bicha, o boiola, e tantos outros nomes utilizados para demarcar uma pessoa como se ela fosse outra “espécie”.

De 2009 também se destaca a matéria divulgada em 7 de agosto, “*UnB debate homofobia nas escolas*”. Essa matéria nos traz um seminário que retrata a homofobia nas escolas, e que envolveu a participação de especialistas das áreas de Psicologia, Direito, Sociologia e a comunidade acadêmica; abordando em suas discussões: o desafio da homofobia na sociedade brasileira, e deu ênfase ao preconceito na educação. Segue trechos do arquivo da SECOM:

*O adolescente que experimenta a homossexualidade não é bem acolhido nas escolas, diz Débora Diniz. Ele se sente constrangido e tende a omitir sua condição. No entanto, esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade pode ter conseqüências ruins na saúde e na vida escolar. “Podemos ter expressões de discriminação, ocasionando baixo rendimento escolar”, diz Débora, que também é pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.*

O seminário realizado contribui para relato e denuncia de como que a diversidade sexual permanece em completo silêncio nas escolas. Segundo essa reportagem, em pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo estima-se que 87% de 501 unidades de ensino em todo o país, nos constituintes da comunidade escolar – sejam alunos, pais, professores ou servidores – tem algum grau de preconceito contra homossexuais, isso nos revela que a escola vem dificultando e contribuindo para os alicerces do preconceito e desvalorização da diversidade.

De acordo com Lionço (2009), a discriminação em decorrência da sexualidade é uma prática social que marca o cotidiano das escolas, e que causa efeitos danosos às crianças e adolescentes. Pois, a princípio, não se sabe dizer quem é ou não homossexual. E muitos adolescentes que começam

a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição, não encontrando na escola ou no(a) professor(a) uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre essa sexualidade.

Sobre essas considerações, o professor e coordenador Hilan Bensusan do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero da UnB, na reportagem faz afirma que:

*Existe uma monocultura da heterossexualidade que é incrementada na sala de aula de maneira tão forte quanto na televisão, no cinema, e na literatura", afirma o professor Hilan Bensusan, coordenador do Nucleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero da UnB. Dessa forma, a diversidade sexual se torna invisível, diz o professor. "As pessoas acabam tendo a impressão de que a heterossexualidade é uma norma, de que fora desse padrão as pessoas são doentes, estranhas ou esquisitas.*

Posto isso, podemos inferir como a ambiente escolar influência na normalização de um modelo centrado da heterossexualidade, como também coloca aqueles que estão fora desse modelo como se fosse uma anomalia. De acordo com Louro (2007), a escola é um espaço que não somente naturaliza determinados padrões, como também desde muito cedo é o espaço onde se aprende a fazer piadas e gozações com aqueles e aquelas que não se configuram dentro dos padrões de gênero e sexualidade estabelecidos. Ou seja, esse espaço que deveria promover uma educação para o bem de todos(as), inclusivo, plural e coletivo, frequentemente, promove justamente o contrário: o afastamento, a exclusão, e até mesmo a rejeição.

Dessa forma, ao analisarmos os documentos de 2008 e 2009, verificamos pelo a porcentagem de arquivos abordando a questão da homofobia no espaço da UnB, esta universidade vem dando apoio na realização de discussões, e com esses investimentos vem contribuindo com as reflexões dessas questões não somente para uma transformação social, mas também para subsidiar o gerenciamento do próprio espaço acadêmico, tendo em vista que essas discussões estão permeando os conflitos internos da instituição, e acabam criando barreiras na qualidade acadêmica.

Em 2010, os protestos internos ligados à questão da homofobia passaram a fazer parte constantemente da UnB, e os documentos mostram que a universidade, nesse ano caminha, para instituir ações de enfrentamento às violências praticadas por motivação homofóbica.

A volta às aulas do primeiro semestre de 2010, segundo registros, foi marcado de atos em combate à homofobia; com reivindicações contra trotes ofensivos e homofóbicos, como o trote dos alunos do curso de engenharia civil dirigido contra os colegas da arquitetura.

De acordo com relatos na matéria *“Denúncia contra trote Homofóbico”*, divulgada em maio de 2010, o professor de arquitetura da UnB – Frederico Flósculo – conta que o trote agressivo da engenharia civil é recorrente. Destacam-se alguns dos refrãos entoados pelos alunos, na época: “Arquiteto bichinha, só brinca de casinha”, “1, 2, 3, 4, 5, mil. Trote solidário vai pra p...”, “Arquiteto, mas como é que pode, suas minas têm bigode”.

O que se observa, é que essas palavras denotam uma ordem ofensiva e caráter homofóbico. Esse refrão revela a construção de um imaginário na lógica binária(homem/mulher)(hetero/homo) e traz uma associação aos papéis “atribuídos” ao gênero feminino, e conotação de inferiorização com o uso dos diminutivos “bichinha” e “casinha”. A reportagem traz ainda, visões opostas com relação ao episódio.

*A maioria dos alunos de engenharia enxergam o trote como uma grande brincadeira e não o considera ofensivo. “A gente só faz isso para brincar mesmo. Todos os cursos têm uma rixa, isso é normal. Outras engenharias fazem isso com a gente, mas não nos importamos, porque sabemos que a maioria das coisas que são ditas não são verdades”, argumentou o veterano Loyola.*

*A brincadeira, entretanto, não é bem-vista por grande parte da comunidade acadêmica. Para Luiz Eduardo Sarmiento, do Centro Acadêmico de Arquitetura, o trote é uma ofensa não só para seu curso, mas para toda a universidade. “Estamos saindo da marcha nacional contra a homofobia e, no dia seguinte, acontece isso”, lamentou. Como forma de evitar que o evento se repita, representantes discentes de arquitetura levaram a denúncia ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB.*

Esse episódio provocou uma indignação, e a UnB divulgou uma nota afirmando que iria propor a votação de uma norma na Câmara de Assuntos Comunitários que definisse limites para os trotes. No dia 14 de julho de 2010, a SECOM realizou uma entrevista com o então reitor da época, vejamos o trecho onde ele fala sobre o trote:

*José Geraldo de Sousa Junior, reitor da UnB, afirmou que o trote da Agronomia passou dos limites. Mas não pretende enfrentar a violência com atitudes punitivas. “Vamos construir, por meio de campanhas e de formas pedagógicas, uma reeducação para as atitudes acadêmicas”, pontua [...] o reitor destacou que um código de ética será elaborado para estabelecer regras de convivência na UnB.*

Desse modo, entendemos que os conflitos por conta da diversidade vêm influenciando na gestão da UnB, conduzindo a mesma a repensar suas normas, e a promover a criação de setores de referência, conforme veremos nas reportagens a seguir.

O registro de 17 de junho: *“Reforço na luta contra a Homofobia”* sobre a edição do I Seminário UnB fora do Armário! , promovido pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), pela União Nacional dos Estudantes e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) traz informações à comunidade acadêmica sobre a cidadania LGBT como, por exemplo, a de que travestis e transexuais já poderiam em todo o serviço público federal, serem chamados pelos nomes sociais, e não pelo nome de batismo.

O uso do nome social ao invés do nome de batismo foi autorizado após a publicação da portaria nº 233 de 2010 no Diário Oficial da União. Essa portaria garante a servidores públicos federais travestis e transexuais o direito de utilizarem nomes sociais no ambiente de trabalho. Mediante requerimento, o interessado pode realizar cadastro de dados e informações de uso social para comunicações internas, como endereço de correio eletrônico, identificação funcional de uso interno do órgão (crachá), lista de ramais e nome de usuário em sistemas de informática.

Em outra matéria que se referia sobre o evento “UnB fora do Armário!”, foram divulgadas as falas de participantes que estiveram presentes no seminário de inauguração do referido evento, e se observa que a diversidade sexual é um debate gerador de conflito, e não superado na universidade. O evento também era uma preparação a “I Marcha Nacional de Combate a Homofobia”, e discutia a homofobia na Universidade. Colocava em voga a necessidade de debate sobre o papel da universidade na construção de uma sociedade sem homofobia.

Por meio do discurso dos participantes do evento, verifica-se como foi colocada na discussão a importância do debate sobre homofobia para a formação dos estudantes.

*O movimento estudantil ainda ignora a temática LGBT. É uma autocrítica. Temos que cobrar do DCE e dos Centro Acadêmicos para que eles discutam isso”, avalia o coordenador geral do DCE, Rafael*

*Barroso. “É preciso trazer essa discussão também para as salas de aula. Um estudante de enfermagem ou de pedagogia precisa aprender a lidar com a temática para prestar melhor atendimento aos LGBT”, completa a diretora LGBT da UNE, Rídina Motta.*

Ainda na mesma época nos chama atenção, a matéria do dia 27 de maio: *“Beijaço termina com ameaça de espancamento”*. Segundo a reportagem, um protesto contra o preconceito sexual dentro da Universidade e que reuniu cerca de 300 pessoas, teve como objetivo promover uma sensibilização e uma tomada de decisões da UnB para ótica de contemplação da diversidade, entretanto, acabou em confusão. Enquanto um grupo de pessoas participava de um ato, promovendo o *“beijaço”* nome dado ao ato, outro grupo de estudantes surgiu com cartaz escrito *“Orgulho Hetero”*, e a partir disso se iniciou um bate boca, no qual uma jovem na matéria divulgada, afirmou que foi ameaçada de espancamento.

*Antes de descer para a Reitoria uma ligação recebida por uma jovem – que preferiu não se identificar – indignou os manifestantes. Era um número desconhecido. “Era voz de um homem, que me chamou de lésbica, disse que sabe meu nome e que vai me espancar para eu aprender”, disse a jovem, aos prantos. A garota estava entre as pessoas que discutiram com o grupo que foi ao “beijaço” defender o orgulho hetero.”*

Em retomada com os teóricos utilizados neste estudo, Borrilho (2009) argumenta que a lesbinidade em nossa sociedade tem sinais de depreciação ainda mais forte, reflexo de uma misógina que, ao fazer da sexualidade feminina um objeto do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres, colocando a imagem da lésbica como uma personagem invisível, apagada, vítima de um sentimento passageiro e suscetível de “reparação” por meio da intervenção salutar de um homem “de verdade”.



**Figura 04.** Manifestação nos corredores da Universidade, divulgada pela SECOM em 2010.

Ainda segundo a publicação da SECOM, os manifestantes do ato seguiram até a reitoria reivindicando uma posição institucional da UnB contra a homofobia. E, após a isso, um dos representantes da reitoria se reuniu com os manifestantes e informou que era uma das intenções da administração criar uma agenda institucional de ações de combate à homofobia, e ressaltou a possibilidade de se conversar sobre a criação de um centro de referência LGBT.

De julho de 2010, também nos chama atenção à reportagem: “*Ensino religioso no Brasil estimula o preconceito e a intolerância*” com a professora Débora Diniz da UnB. Esse registro é uma denuncia de como a religião nas escolas estimula o preconceito e a intolerância a diversidade. Após ter liderado uma pesquisa de apuração dos livros didáticos que circulam pelas escolas, segundo a professora Débora, sob o discurso de “ensino religioso” é promovido à homofobia e a pregação do cristianismo.

De acordo com a Constituição Brasileira, o estado é laico, e ainda conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – lei 9.394/1996 –, o ensino religioso é parte integrante da formação básica do cidadão. Sendo que

esse ensino deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedado quaisquer formas de proselitismo. Em trechos da reportagem é destacada a atual situação nas escolas.

*Pesquisa da Universidade de Brasília conclui que o preconceito e a intolerância religiosa fazem parte da lição de casa de milhares de crianças e jovens do ensino fundamental brasileiro. Produzido com base na análise dos 25 livros de ensino religioso mais usados pelas escolas públicas do país, o estudo é apresentado no livro Laicidade: O Ensino Religioso no Brasil(...)*

*O estudo aponta que a discriminação também faz parte da tarefa. Principalmente contra homossexuais. “Desvio moral”, “doença física ou psicológica”, “conflitos profundos” e “o homossexualismo não se revela natural” são algumas das expressões usadas para se referir aos homens e mulheres que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Um exercício com a bandeira das cores do arco-íris acaba com a seguinte questão: “Se isso (o homossexualismo) se tornasse regra, como a humanidade iria se perpetuar?.”*

Esse fato é um dos principais motivos que contribuem para falta de valorização da diversidade. Apesar de o estado ser laico, há uma verdadeira espécie de “catecismo cristão” nas escolas, com crenças controversas e difundidas como “verdades absolutas” que deturpam o sentido e as possibilidades sexuais, considerando a sexualidade a partir de um viés unicamente reprodutivo, e assim tanto a dimensões sociais quanto as políticas permanecem às margens. Nesse aspecto, Lionço (2009), afirma que é necessário que se tenha uma desconstrução da cultura machista e de opressão contra as mulheres na sociedade, bem como dos estereótipos de gênero, e isso requer mais do que questionar a desigualdade social entre homens e mulheres, mas, sobretudo, reconhecer que as expressões do feminino têm sido historicamente inferiorizadas, e alargar o campo de subordinação a vários atores sociais que se associam à marca do feminino, tais como gays, travestis e transexuais, além de lésbicas.

Em 2011, assim como em 2010 os trotes voltam a fazer parte das discussões dentro da Universidade. Conforme os dados divulgados em janeiro de 2011, na matéria intitulada “*Sindicância vai apurar denúncia da Presidência contra festa da humilhação*”, uma situação dessa vez ligada à questão de gênero e de cunho machista traz à ridicularização e o desrespeito com as mulheres.

É relatado nessa matéria, que na recepção com os novos calouros, onze mulheres foram submetidas a ficarem ajoelhadas lambendo uma língua

lambuzada de leite condensado. O objeto foi disposto entre as pernas, na altura do quadril pelo diretor do Centro Acadêmico de agronomia, as calouras então eram conduzidas a encenação de incitação ao sexo oral, enquanto os veteranos e veteranas se divertiam com tal episódio.



**Figura 05.** Foto do trote dos alunos de agronomia em 2011, divulgada pela SECOM.

Através da imagem visualizamos como a dominação masculina é exercida em várias esferas, neste caso no campo cultural e simbólico, sendo naturalizada uma pseudo superioridade dos homens sobre a mulher, assim como acontece na ordem heterossexista.

Conforme abordamos no capítulo I deste estudo são acobertadas e introjetadas práticas em nossa sociedade, que propõem a objetificação das mulheres por e para privilégio dos homens, cultuando assim o sexismo de maneira sutil, e nesse caso exercendo a violência contra as mulheres como se fosse uma “brincadeira”.

*Ana Paula Gonçalves, ouvidora da Secretaria de Política para as Mulheres, lamenta a exposição à qual as alunas foram submetidas. “É lamentável que a mulher ainda seja submetida a situações desse tipo. Elas provocam constrangimento e humilhação”, comentou. Ela destaca que as “brincadeiras” de cunho sexual atingem principalmente as mulheres. No trote da Agronomia, os homens não participam da “brincadeira” da linguíça.*

Tanto é que na análise aos depoimentos divulgados sobre esse trote é justamente essa é impressão que fica: a situação na qual as mulheres foram submetidas não foi compreendida como um ato de violência:

*[...] Caio Batista, presidente do CAAGRO, justifica que a participação no trote é optativa. “Só passa pelo trote quem quer. Quem se sente prejudicado deve resolver isso aqui, e não fora”, afirma. De acordo com o veterano, os calouros são informados sobre as atividades da recepção antes do trote. “De 80 alunos, 40 decidem que vão participar. E eles já sabem quais são as atividades.*

*Laura Lino é aluna do 3º semestre do curso e afirma que participou do trote porque quis. “Todo mundo faz por livre e espontânea vontade. No meu semestre todas as meninas toparam”, conta.*

Entretanto, esse tipo trote ocorridos na Universidade se revela, sobretudo, como um ato de violência à dignidade humana. E, na realidade esses discursos desqualificadores: *“isso é somente uma brincadeira”, “todo mundo faz por livre espontânea vontade”* são utilizados para maquiar e carregar valores de hierarquização de gêneros.

O que se torna destoante é a Universidade anunciar ser – um espaço justamente para a diversidade – não conseguir estabelecer a paz dentro de sua comunidade, e permitir que determinados grupos se sobreponham e até mesmo ameacem a liberdade e a dignidade de outros.

Diante desse contexto, no dia 30 de março de 2012, o Conselho Universitário da UnB, aprovou a proibição do trote que submeta alunos a "ações de tortura, a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, constrangimento e a situações de discriminação de qualquer natureza".

Ainda dos registros de 2011, também destacamos o do dia 29 de junho *“Comunidade discute ações para combater a homofobia na universidade”*:

*[...] Mais de 150 alunos, professores e militantes articulam medidas para combater a homofobia na universidade. O encontro foi marcado pelo repúdio a atos de violência contra homossexuais. “Alunos estão sendo espancados na UnB em função de sua sexualidade”, afirma Devs Oliveira, organizador do evento e estagiário da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura. Ele relatou casos em que estudantes gays foram agredidos após as aulas e em festas na universidade. “Foi preciso solicitarmos seguranças para a realização da Plenária. Sofremos até ameaças de morte”.*

*O decano de Assuntos Comunitários (DAC), Eduardo Raupp, ressaltou a importância do combate ao preconceito na UnB. “Precisamos fazer da universidade um espaço livre da homofobia”. Ele classificou como “constrangedora” a necessidade da presença de seguranças no evento e a cautela com a identidade dos participantes.*

*“Espero que daqui saiam políticas que sirvam não apenas para a universidade, mas para todo o país”, afirma.*

Desse recorte, visualiza-se como essa plenária conduziu a Universidade de Brasília proporcionou a constituição de um grupo de trabalho, com estudantes, servidores e professores/as para elaboração de um programa de um programa de combate à homofobia, resultando na homologação da resolução de 003/2012 do dia 23 de Janeiro de 2012.

## PEQUISA 2 – ANÁLISE DE ENTREVISTAS

### Resultados e Discussão

#### Entrevistado Devs

Devido à ausência de registros sobre a criação do KLAUS, e a necessidade de suas intervenções na UnB, disponibilizamos a seguir trechos da entrevista que realizamos com Devs, e logo depois trechos da segunda entrevista. Foi perguntado a Devs como se deu a criação do grupo KLAUS:

*“Aconteceu o 12º encontro EBGLT<sup>5</sup>(encontro brasileiro de gays, lésbicas e transgêneros), e nesse encontro foi colocado que a cidade já tinha um grupo que trabalhava a questão dos Direitos Humanos LGBT no campus universitário, e a partir do entendimento que a universidade é um veículo de transformação social, e aproveitando dessa bandeira da universidade ( na época que tinha o slogan: “UnB para todos”), inserimos o grupo KLAUS para que a UnB se atenta-se para a diversidade e acolhesse as nossas demandas).”*

Perguntamos a Devs sobre alguma situação de homofobia na UnB, ele comenta que já foi intimidado e que sofreu perseguição com seu namorado enquanto caminhavam pelo campus. Relata, ainda, um caso de homofobia institucional, onde certa vez o grupo KLAUS teve que realizar uma intervenção no CEFTRU/UNB (Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes), devido a uma reclamação da diretoria desse centro, que questionou a demonstração de afeto entre gays no espaço do CEFTRU/UNB. De acordo com Devs, o diretor desse centro incomodou-se com fato de casais gays visitarem e se beijarem na cantina do CEFTRU.

---

<sup>5</sup> Esse encontro EBGLT foi realizado em 2005.

Dessa maneira, o que se observa, é que apesar da universidade realizar debates em sua comunidade, infelizmente isso não é suficiente para práticas efetivas de gestão comprometida com a diversidade da UnB.

Após o relato de homofobia, foram direcionados a Devs os seguintes questionamentos: como esses conflitos contribuíram para fortalecimento e organização da gestão na UnB com relação às questões da diversidade sexual? Como atualmente a UnB se organiza para as reivindicações da comunidade LGBT?

Segundo ele, a ouvidoria da universidade é o canal para a escuta para as situações de violência, entretanto, na maioria das vezes, as agressões verbais e simbólicas não acarretam grandes consequências, de modo que somente os casos onde se tem marcas visualmente percebidas são levados adiante. E, para ele as denúncias sobre a homofobia vêm aumentando porque existe uma maior compreensão do que seja esse fenômeno e também porque na universidade as pessoas LGBT tem-se colocado mais amostra. Dessa forma, verifica-se que como ação estratégica, a UnB deveria realizar um treinamento em sua ouvidoria, para que identificasse e encaminhasse denúncias de violência cometidas com a população LGBT bem como divulgá-las, e nesse sentido a ouvidoria poderia ser um canal de contribuição no planejamento da gestão da diversidade na UnB.

Em relação às práticas de gestão em prol da diversidade, Devs destaca que apesar do KLAUS e outros movimentos reivindicarem a criação de um programa de combate à homofobia dentro da UnB, muito tempo se passou até se deliberar a essa reivindicação uma resposta positiva por parte da reitoria da universidade. E, relata que foi somente em 2010 a partir do evento UnB fora do Armário, quando o DCE (Diretório Central dos Estudantes) apoderou-se desse evento: convidando Movimentos Sociais e pessoas militantes da universidade para pensar o programa, é que se alcançou uma reunião dos movimentos e pessoas militantes com o Decano de Assuntos Comunitários, representando o Reitor.

E, depois de discutir o assunto com o Decano, foi sugerido criar um Grupo de Trabalho Institucional (GT) para se responsabilizar da elaboração do Programa de Combate a Homofobia na Universidade de Brasília; e que esse

grupo deliberasse de uma Plenária para assim ser encaminhado ao Conselho Universitário da UnB (CONSUNI), buscando aprovação.

Logo após a essa sugestão do Decano, realizou-se a plenária, tendo como participantes o Decano de Assuntos Comunitários representando o reitor da Universidade; representantes do DCE e da Diretora de Esporte, Arte e Cultura da UnB; e várias representações da comunidade acadêmica (alunos, servidores e professores). Logo após a essa plenária é que se constituiu um grupo de trabalho institucional para elaborar um programa de combate à homofobia e a questões da diversidade sexual na Universidade.

Com isso, a partir da fala do entrevistado, verifica-se que as movimentações do KLAUS e suas pautas de reivindicações, muito vieram a contribuir na articulação de práticas de gestão em prol da diversidade. Por conseguinte, essas lutas resultaram na criação de um grupo de trabalho institucional que irá elaborar um programa para a promoção de políticas e ações referentes ao reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, ao enfrentamento do sexismo, homofobia e violências correlatas na comunidade universitária.

### Entrevistado Edgar

Na segunda entrevista que realizamos, também encontramos relatos que norteia a dificuldade de compreensão da diversidade na UnB. O segundo entrevistado, o professor Edgar Mechán Hamann da Faculdade de Ciências da Saúde, relata que está na universidade há cerca de 15 anos, e anteriormente à sua vinda para a UnB, ele trabalhou com a prevenção de AIDS no Brasil. Edgar comenta que nesse trabalho teve bastante envolvimento com a comunidade LGBT pelo fato de essa ser uma das populações atingidas pela doença e que durante a sua trajetória de vida esteve ligado a militância em prol da cidadania desse público. Em trechos da entrevista o professor revela que quando chegou à UnB, sentiu desmobilização, silêncio e até negação com relação a essas questões dentro do meio acadêmico.

Perguntamos a Edgar se na opinião dele existia alguma repressão com relação ao público LGBT na UnB. Ele afirma que sim, mas não de forma direta,

pois as pessoas LGBT precisam sentir certa confiança para poderem manifestar a sexualidade, e falar e agir sem censura, fato esse que na opinião de Edgar é um reflexo da cultura de nossa sociedade; e que na UnB a partir de 2004 é que houve maior abertura e discussão dentro do espaço acadêmico.

Quando perguntamos sobre situações de homofobia dentro da universidade, o professor comenta que principalmente nas sutilezas de comentários e das piadas é possível visualizar que existe uma desqualificação e deboche para com as pessoas LGBT; e dá-nos como exemplo, uma situação vivenciada em 2011 na Faculdade de Saúde, no qual um casal gay namorava nos pátios da faculdade e uma coordenadora do curso de Medicina/UnB chegou a enviar emails e ligar para esse casal os ameaçando, e lhes dizendo que eles não deveriam namorar em público, e essa atitude poderia prejudicar a carreira deles. O professor conta que também escutava de funcionários da UnB, comentários negativos e em tons de chacotas sobre namoro dos meninos. Ele destaca, ainda, que certa vez entrou em conflito com outro professor, porque seu colega de trabalho teria questionado a dedicatória do aluno para o companheiro num trabalho de conclusão de curso de uma das turmas especialização em 2003. Vejamos este trecho da entrevista:

*“Um aluno meu dedicou a monografia do curso ao seu companheiro, e esse professor falou assim: que bobagem é essa de colocar uma dedicatória ao companheiro? Isso aqui é uma instituição acadêmica e não se deve transformar em um partido político, isso está errado, isso tem haver algo privado.”*

De acordo com Edgar, essa mesma situação voltou a se repetir em 2009, de modo que isso lhe angustia, que dentro da universidade tenham professores com tratamento diferencialista como esse professor, Edgar acredita que isso não teria acontecido se o aluno tivesse dedicado sua monografia a uma companheira. O que ele acha mais estranho é que esse professor também é gay, e mesmo assim teve uma atitude homofóbica com o aluno. Após este relato, perguntamos a Edgar como a instituição UnB se relaciona com a comunidade LGBT?

*“Houve mudanças na UnB, o DAC (Departamento de Assuntos Comunitários) com várias iniciativas vem dando bastante abertura para*

*discussões, e o clima é muito mais tranquilo atualmente, não sei dizer se isso faz parte de uma política institucional ou de um modelo de gestão.”*

Também, foi perguntado ao professor, como as pessoas homossexuais são atendidas/representadas na UnB. Ele revela que universidade deixa muito a desejar, mas que as coisas estão melhorando, entretanto o ambiente ainda não confortável, principalmente para os transexuais. O professor lembra-se de um exemplo do amigo no Rio de Janeiro que era gay e que tinha o desejo de estudar nutrição, o nome desse amigo era Adriano, e logo depois que ele se tornou Adriana começou a se prostituir, por falta de oportunidade e espaço na sociedade. Edgar conta que chegou a questionar sobre suas “escolhas” e o amigo lhe teria dito: *“Olha pra mim Edgar, você não pode ser ingênuo, eu não seria aceita”*.

Edgar então lamenta e comenta que no caso da UnB também falta um acolhimento nesse sentido, e diz que às pessoas que possuem uma especificidade, dever-se-ia haver uma orientação e lugares de escuta para possíveis reivindicações.

Dessa forma, depreende-se da fala do professor Edgar, que há uma falta de recepção da diversidade, o que em alguns casos esse fato pode ser uma grande barreira para a entrada e permanência na universidade, outra questão preocupante é a política de relacionamento dentro da instituição. Onde dois dos entrevistados relatam alguma situação de homofobia vinda de funcionários da instituição, conforme foi apontado por Devs no caso do diretor do CEFTRU que tentou policiar as demonstrações de afeto entre pessoas LGBT, e os casos relatados pelo professor Edgar. São situações como essas que demonstram que instituição necessita de uma política de treinamento/capacitação de (professores, servidores e prestadores de serviço da UnB) para identificar e conscientizar esses funcionários que trabalham na instituição.

Com isso, através dos trechos tanto da entrevista quanto dos documentos destacados, nota-se que há uma preocupação e insegurança da população LGBT no campus. Sentimos uma carência em estratégias de valorização da diversidade, no relacionamento com a população LGBT.

## Entrevistado Marcus

Na entrevista que realizamos com o professor Marcus Vinicius, nosso terceiro entrevistado, esse ponto da criação de grupo de trabalho para trabalhar com essas questões foi apontado pelo professor como uma das principais ações de gestão em prol dessa diversidade que contemplam a comunidade LGBT. E, apesar de o professor Marcus informar que não tem conhecimento quanto a situações de discriminação contra LGBT na UnB, ele faz algumas considerações sobre a relação da universidade com a comunidade LGBT com a seguinte afirmação:

*“Na verdade, apenas recentemente, com a criação do grupo de trabalho contra a discriminação por orientação sexual e combate à homofobia que o tema tem ganhado maior visibilidade na universidade. Não há uma relação muito próxima e nem esta é objeto de preocupação da gestão na reitoria e nem nas faculdades. E somente com a mobilização de grupos organizados que é possível se obter avanços em políticas de tal natureza. É necessário se ampliar os canais de comunicação com a comunidade universitária, na sensibilização de problemas como a homofobia e a necessidade de se buscar ações conjuntas de prevenção e combate à violência, nos mais diversos níveis.”*

Sobre a questão de práticas de gestão da diversidade o professor menciona a política das cotas raciais como exemplo, mas segundo ele seria fundamental ampliar o trabalho aos grupos LGBT e as pessoas com deficiência, especialmente em termos de acessibilidade.

Portanto, no que diz respeito à diversidade sexual e suas implicações na gestão da diversidade no contexto da UnB, visualizamos que apesar de a mesma vir ganhando espaço na comunidade acadêmica, muitas ações de gestão ainda serão necessárias.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados, a diversidade presente na comunidade acadêmica da UnB e conflitos gerados em torno da homofobia e suas dimensões, conclui-se que é necessária que se tenha uma política explícita de gestão da diversidade na mesma. Pois, além dos benefícios já indicados, esse modelo de gestão proporcionaria uma retomada à responsabilidade social da instituição, promovendo a valorização e inclusão social de membros culturalmente excluídos, no caso em questão, a população LGBT. Essa gestão trataria de gerir efetivamente a variedade de características sexuais, de gênero, raça, etnia e etc., tomando como princípio norteador o reconhecimento de que somos naturalmente diferentes e em um regime democrático temos valores iguais.

Na pesquisa foi possível verificar, através dos resultados, que os desentendimentos tomam cada vez mais espaço nas discussões dentro do meio acadêmico. Dessa forma, depreendemos que os benefícios da diversidade não aparecem de forma instantânea, e no contexto da UnB, caso não haja o gerenciamento dessa diversidade, esses conflitos podem dificultar o relacionamento e a excelência da instituição.

Uma limitação deste estudo diz respeito ao pequeno número de entrevistados, uma vez que uma investigação com uma base maior de sujeitos possibilitaria maior percepção sobre a temática homofobia e suas influências em práticas de gestão da diversidade.

Como o estudo fez um recorte temporal analisando o período de 2002 a 2011, a partir de documentos disponibilizados pela SECOM bem como o uso de entrevistas para a complementação dessas informações apreendidas, sugere-se para estudos futuros, uma análise dos anos posteriores, considerando as informações que foram aqui destacadas, buscando-se assim avaliar a implementação efetiva de algumas práticas de gestão da diversidade. Pois nesta pesquisa, observamos que a instituição em relação aos anos inicialmente analisados vem caminhando em possibilidades e iniciativas nessa área, entretanto ainda há um longo caminho a se percorrer.

Por fim, cabe ressaltar que é imprescindível que se crie estratégias para a unidade, elaborando-se pautas de atividades sobre a população LGBT nas

diversas instâncias técnico-administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão; articulando junto aos diversos setores da UnB a inclusão, a implementação e o monitoramento de cursos no que tange a diversidade. Também se faz necessário combater atos de preconceito (sexismos e homofobia), assim como incentivo a realização de mais eventos que trabalhem com a diversidade identitária e particularidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; proporcionando a consciência e ressaltando a importância de todos esses sujeitos na comunidade acadêmica.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Martin & GASKELL, George: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Petrópolis. Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

BRASIL. LEI nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 160p.

BORRILHO, D.(2009). A Homofobia. Em T. Lionço & D. Diniz (Eds.), **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio** (pp. 15-46). Brasília: Editora UnB.

Brasil.(2006). PLC 122/2006. Brasília: Diário do Senado Federal de 15 de Dezembro de 2006.

BRUNSTEIN, Janette and Jaime, Pedro. **Da estratégia individual à ação coletiva: grupos de suporte e gênero no contexto da gestão da diversidade**. RAE electron., Dez 2009, vol.8, no.2, p.0-0.

COX, Taylor. (1993) - **Cultural diversity in organizations: Theory, research and practice**. Berrett-Koehler Publishers. San Francisco.

FLEURY, M. T. L. **Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18-25, jul./set., 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988. 16ª edição.

Jesus, Jaqueline Gomes de. (2010). *Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero*. In: Ana Lúcia Galinkin & Karine Brito dos Santos (orgs.), **Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares**, 80-89. Disponível em [http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais\\_do\\_Simpósio\\_Genero\\_e\\_Psicologia\\_Social2010.pdf](http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais_do_Simpósio_Genero_e_Psicologia_Social2010.pdf).

JESUS, Jaqueline Gomes deaqueline Gomes de. (2011). **Atração e repulsa interpessoal**. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.). *Psicologia social: principais temas e vertentes*, 238-249. Porto Alegre: ArtMed.

LIONÇO, T. ; DINIZ, D. . **Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual**. *Revista Psicologia Política*, v. 8, p. 307-328, 2008.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, J.F.; GOELLNER, S.V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2005. 2ª Edição.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte. Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pedagogias da Sexualidade*. in.: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte. Autêntica, 2007. 2. ed.

MISKOLCI, R. (2009a). **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. *Sociologias*,11(21),150-182.

PÉREZ-NEBRA, Amália Raquel. & Jesus, Jaqueline Gomes de. (2011). **Preconceito, estereótipo e discriminação**. In Cláudio Vaz Torres & Elaine Rabelo Neiva (Orgs.). *Psicologia social: principais temas e vertentes*, 217-237. Porto Alegre: ArtMed.

Pereira, Graziela Raupp and Bahia, Alexandre Gustavo Melo Franco. **Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático**. *Educ. rev.*, Abr 2011, no.39, p.51-71.

Pereira, Jamille Barbosa Cavalcanti and Hanashiro, Darcy Mitiko Mori. **Ser ou não ser favorável às práticas de diversidade?** eis a questão. *Rev. adm. contemp.*, Ago 2010, vol.14, no.4, p.670-683.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**, in: *Revista Educação & Realidade*. Vol. 20, n. 2, julho/dezembro. Porto Alegre. UFRGS, Faculdade de Educação, 1995.

SILVA, Thomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. in: SILVA, Thomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações** . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 376 p. (Biblioteca Artmed Métodos de pesquisa) ISBN 978853631697.

THOMAS JR., R.R. (1991) - **Beyond race and gender: unleashing the power of your total work force by managing diversity**. AMACON. New York.

WELZER-LANG, DANIEL. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Rev. Estud. Fem., 2001, vol.9, no.2, p.460-482.

**Sítios eletrônicos visitados:**

Beijo Gay na novela "Amor & Revolução" - SBT. Disponível em: < [http://www.youtube.com/watch?v=A\\_Llc3AK3Ew](http://www.youtube.com/watch?v=A_Llc3AK3Ew) >. Acesso: 07 ago.2012.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Ed.UnB, 2009. Disponível em: < [http://www.cepac.org.br/blog/wpcontent/uploads/2011/07/homofobia\\_e\\_educacao.pdf](http://www.cepac.org.br/blog/wpcontent/uploads/2011/07/homofobia_e_educacao.pdf) >. Acesso: 25 jan. 2012.

Portal de notícias UnB. Disponível em: < <http://www.unb.br/noticias/> > Acesso em: 02 Maio. 2012.

# ANEXOS

## ROTEIRO DA PRIMEIRA ENTREVISTA

- Primeiro eu gostaria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua História em pro dos direitos LGBT dentro da UnB.
- Você se recorda de alguma situação de Homofobia dentro da UnB?
- Como aconteceu cada um dos conflitos citados? Quem foram os atores envolvidos?
- Esses conflitos contribuíram de alguma forma para fortalecimento e organização do Movimento LGBT dentro da UnB? Como isso aconteceu?
- Você coordenou o grupo KLAUS por tempo, como começou esse grupo e qual era o objetivo do mesmo?
- Porque houve a Plenária LGBT na UnB?
- Como atualmente a UnB se organiza para enfrentar a Homofobia? Quais são as estratégias (formas) de luta adotada?
- Existe algum departamento da UnB que pode ser acionado para proteção e garantia dos direitos LGBT?
- Você acha que as situações de violência contra o público LGBT por motivação de Homofobia vêm aumentando ou diminuindo na UnB?
- Em sua opinião o que a UnB deveria fazer para combater a Homofobia?

## **ROTEIRO DA SEGUNDA ENTREVISTA**

### **Identificação:**

- Você tem conhecimento de alguma situação de homofobia dentro da Universidade?
- Em sua opinião como a instituição UnB se relaciona com a comunidade LGBT?
- Como as pessoas homossexuais são atendidas/representadas na UnB?
- Como é a visibilidade das pessoas homossexuais na UnB?
- O que o senhor acha das políticas com relação a pessoas homossexuais na UnB?
- Você acha que as situações de violência contra o público LGBT por motivação de Homofobia vêm aumentando ou diminuindo na UnB?
- Em sua opinião o que a UnB deveria fazer para combater a Homofobia?

## ROTEIRO DA TERCEIRA ENTREVISTA

### Identificação:

- Você tem conhecimento ou já ouviu falar de situações de discriminação contra LGBT na UnB? Pode citar um caso?
- Você acha que as situações de violência contra o público LGBT, motivadas por sua orientação sexual ou por sua identidade de gênero, vêm aumentando ou diminuindo na UnB?
- Em sua opinião, como a instituição UnB se relaciona com a comunidade LGBT?
- Não somente com relação à população LGBT, na sua percepção a UnB desenvolve ações de Gestão da Diversidade? Se percebe, cite exemplos.